

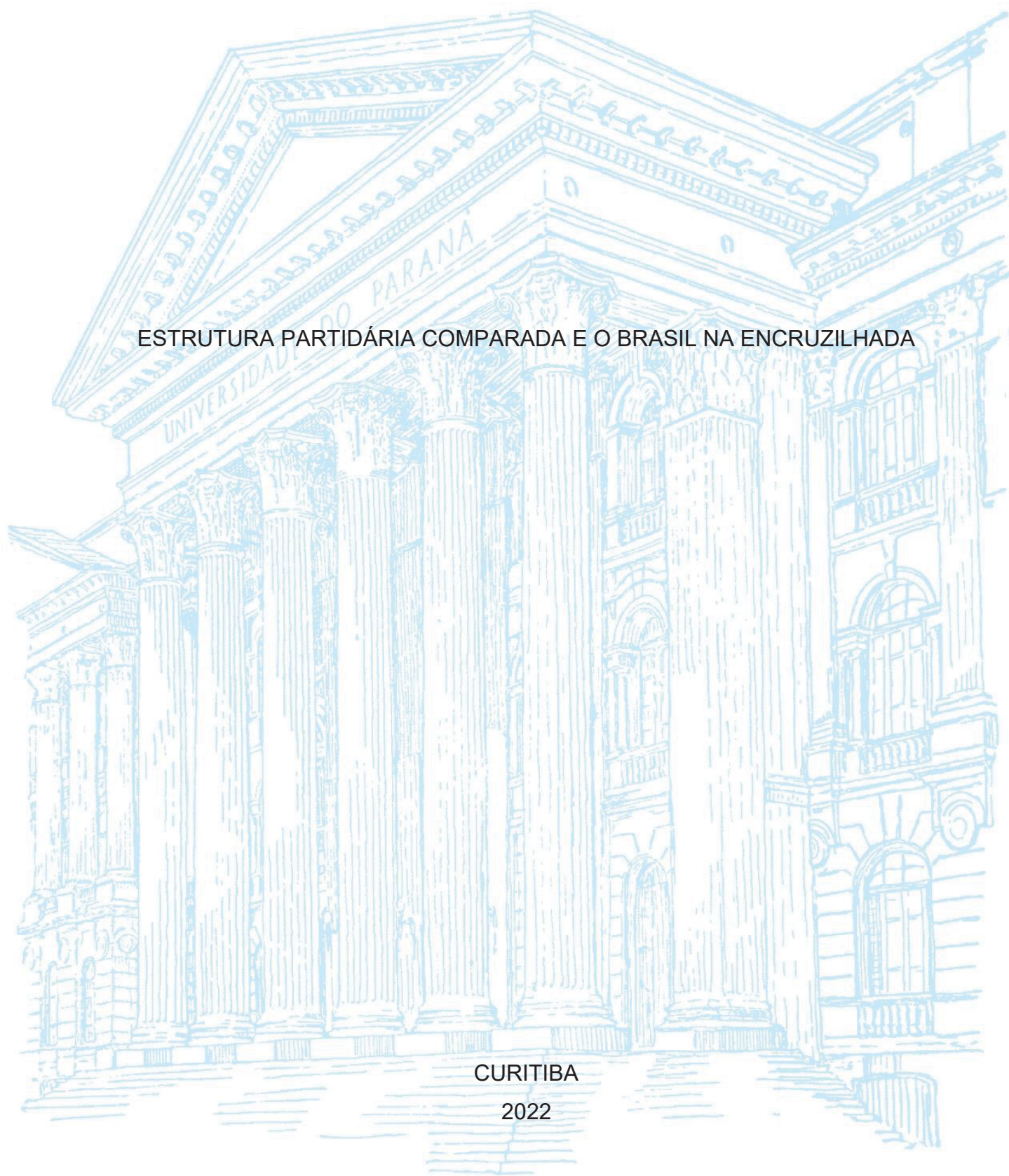
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL MARCONDES DE MOURA

ESTRUTURA PARTIDÁRIA COMPARADA E O BRASIL NA ENCRUZILHADA

CURITIBA

2022



GABRIEL MARCONDES DE MOURA

ESTRUTURA PARTIDÁRIA COMPARADA E O BRASIL NA ENCRUZILHADA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Moura, Gabriel Marcondes de

Estrutura partidária comparada e o Brasil na encruzilhada /
Gabriel Marcondes de Moura. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi.

1. Partidos políticos. 2. Sistema partidário. 3. Política
comparada. I. Bolognesi, Bruno, 1982-. II. Universidade Federal
do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
III. Título.

Bibliotecária: Romilda Aparecida dos Santos CRB-9/1214

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GABRIEL MARCONDES DE MOURA** intitulada: **Estrutura partidária comparada e o Brasil na encruzilhada**, sob orientação do Prof. Dr. BRUNO BOLOGNESI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Junho de 2022.

Assinatura Eletrônica

28/06/2022 15:35:49.0

BRUNO BOLOGNESI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

29/06/2022 15:31:32.0

FERNANDO HENRIQUE EDUARDO GUARNIERI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica

27/06/2022 12:01:54.0

OSWALDO MARTINS ESTANISLAU DO AMARAL

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Para Maria Sofia, Magali, Ana Paula, Catarina e Maria Beatriz, mulheres da minha vida, fontes inesgotáveis de amor, apoio, fé e inspiração, principalmente nos difíceis momentos de solidão em que me faltam.

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia iniciar este texto de outra forma que não fosse falando da Pandemia de Covid-19 e dos impactos por ela causados. Primeiramente, apesar de arrasar com a minha saúde mental e me fazer morar em três cidades diferentes ao longo dos últimos dois anos, se não fosse por seu controverso advento logo ao início do ano letivo de 2020 eu, com toda e a mais absoluta certeza, não teria tido a oportunidade de concluir este mestrado. Isto só foi possível pela conjunção do *home office* por parte da Câmara Municipal de Colombo/PR e do uso emergencial do ensino à distância por parte da UFPR.

No entanto, se por um lado a pandemia que tinha tudo para ser um entrave ou empecilho para a realização desta jornada se confirmou como uma janela de oportunidade, não poderia deixar de citar o ponto nevrálgico que se apresentou como a maior dificuldade, não só minha como a de muitos ao longo dos últimos anos no Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Maior do que a encruzilhada dos partidos brasileiros frente a comparação transnacional de suas estruturas partidárias é a encruzilhada de quem, mesmo necessitando cumprir jornada de 8h diárias de trabalho em horário comercial, aceita o desafio de cursar um mestrado cujas aulas são ministradas majoritariamente no período vespertino. Estes mesmos olhos que viram a ampliação do acesso às universidades agora testemunha, ano a ano, uma crescente elitização dos programas de pós graduação do país, seja pela programação matutina e/ou vespertina, seja pelas políticas de manutenção e remuneração extremamente defasadas. Ou se melhoram as condições para ser pesquisador neste país, ou os programas de pós graduação e seus responsáveis, do alto de seus pedestais, terão que dobrar os joelhos perante a realidade do país e começarem a discutir seriamente a ampliação de aulas para o período noturno.

Como diria o poeta Sérgio Sampaio, *“ninguém vive por mim, o pior dos temporais aduba o jardim”*, logo, passo aos agradecimentos de fato e de direito, e como todo bom cientista político que se preze (não que eu seja bom, tampouco prezado), começarei por elas que são nossos obstinados objetos de estudo: as instituições. Primeiramente, agradeço a todos os pesquisadores que me antecederam e que de alguma forma contribuíram para que a pesquisa se realizasse, esta modesta

contribuição só foi possível porque, ao pensa-la, escreve-la e desenvolve-la eu estava assentado sobre os ombros de gigantes. No mesmo sentido, agradeço a Universidade Federal do Paraná na pessoa daquele que se tornou meu principal elo com a instituição, meu orientador, Prof. Bruno Bolognesi, sou grato pela paciência, orientação e, principalmente, por ter sido ao longo dos últimos 30 meses um grande agente de transformação acadêmica e profissional na minha vida.

Assim como em 2017, tenho o prazer e a gratidão de reconhecer o papel fulcral que a Câmara Municipal de Colombo/PR desempenhou, desempenha e, se assim o destino prover, ainda irá desempenhar na minha vida. Ser cientista político e poder trabalhar num ambiente político é, de fato, um privilégio, as relações, as experiências e os aprendizados do dia a dia são preciosidades inestimáveis pelas quais aproveito para agradecer na pessoa do meu amigo e presidente, Vagner Brandão, sendo extensivo aos demais colegas que convivem comigo diariamente, por toda a compreensão e o apoio concedido a minha vida acadêmica ao longo dos últimos seis anos.

É preciso agradecer também aqueles que partilham a jornada conosco e tornam a caminhada mais fácil. Primeiramente, agradeço a minha turma na pessoa do meu amigo e colega Vitor Pimenta, o qual eu não esquecer de agradecer jamais, visto que, se não fosse ele me avisar, de antevéspera, que eu estava estudando um texto errado e que seria cobrado na realização da prova para ingresso no mestrado, eu teria reprovado no certame pela segunda vez seguida e, dificilmente, encontraria ânimo para tentar uma terceira vez. Da mesma forma, sou imensamente grato por todo apoio que a Família Moliani Braga me proporcionou e, na pessoa da Lúcia, agradeço todo o incentivo e apoio que foram fundamentais para que eu desse o primeiro, não desistisse, e desse também o segundo passo rumo ao mestrado.

Aos meus amados amigos, colegas de copo e de cruz, nossas histórias em Curitiba se confundem desde o instante em que nos tornamos próximos. Muitíssimo obrigado pela amizade, pelo acolhimento de sempre e por serem, desde o início, duas grandes fontes de inspiração para percorrer este ingrato, sinuoso e acidentado, mas particularmente recompensador caminho da ciência política. Diogo Tavares, agradeço por nossos momentos ímpares de conversa sobre política, meta voto, abelha-formiga e Álvaro Dias, mas, como não poderia deixar de citar, sou ainda mais grato por sua longeva freguesia no Pro Evolution Soccer. Geissa Franco, obrigado por sua luz,

amizade e confiança que se mostram ainda mais fortes em momentos cruciais da nossa trajetória, o mundo é um lugar melhor só pelo fato de você existir e ser luz nele.

Falando em luz, sou grato ao *sol do meu dia* e a principal razão de eu ter chegado tão longe: Maria Sofia Domingues Marcondes de Moura. Lembro-me como se fosse hoje, novembro de 2017, aquela noite de sexta-feira fria em Irati, perto das onze da noite você lutava contra o sono pois sabia que eu chegaria pra te ver, você só não sabia que aquelas folhas que eu levei para você rabiscar com o giz de cera do papai eram os meus agradecimentos do meu TCC, que eu havia levado pra você e sua mãe, como demonstração de gratidão por todo apoio e compreensão. Renovo as minhas palavras e meus votos de gratidão a você, por toda a belíssima transformação que você proporcionou a este eterno estagiário da vida. Aproveito para agradecer também a mulher que me concedeu a honra de ser teu pai, Joseane, sou grato pelo nosso vínculo de respeito, admiração e, sobretudo, grande amizade.

Retomando o período crítico do início da Pandemia de Covid-19, quando tudo ainda era meio desconhecido e aterrorizante, a quem você pede ajuda quando está em profunda crise de pânico, há mais de 40 dias sem sair de casa e sem contato humano algum? Você pede ajuda a quem foi, é, e sempre será porto seguro. Você recorre a família. Eu poderia citar tantos outros inúmeros momentos de socorro ou ajuda pelos quais serei eternamente grato, mas este é o mais marcante para o período do mestrado, uma vez que me permitiu algo até então inimaginável: voltar a ser estudante e morar com os pais, numa tacada só.

Agradeço ao meu irmão, Bruno, por ter desenvolvido competências e conhecimentos completamente diferentes do meu e compartilhar este conhecimento comigo, uma vez que não se pode fazer um mestrado sem ter o PC em dia com o pacote office, da mesma forma, agradeço pela paciência (que parece ser infinita) para comigo, confesso que nem eu mesmo teria toda a sua paciência comigo. Agradeço ao meu Pai, Márcio, por todo apoio, compreensão, por ter aprendido a respirar mais fundo com o passar do tempo e, principalmente, por desligar a desconcertante esmerilhadeira na hora das minhas aulas online. Por fim, todo o meu amor, minha ternura e minha gratidão àquela que fez, faz e faria do impossível, o possível, para ver realizado este sonho que de tão meu se fez nosso: Magali, minha mãe, teu filho será mestre! Obrigado por tudo! Sem o teu apoio, tua dedicação, tua inabalável fé no criador e o teu exemplo de devoção aos estudos eu não teria chegado até aqui.

At last, but not least, nos últimos dois anos e meio em que estive debruçado sobre esta dissertação, nada, absolutamente nada foi mais importante do que a minha última aula de Teoria Política I, pois naquela noite de 06 de julho, logo após ela terminar e fechar consigo o meu primeiro semestre de mestrado, eu peguei o carro e percorri exatos 51,9km de Tremembé até São José dos Campos, um pequeno vilarejo situado à beira de um brejo, para conhecer aquela que viria a ser minha amiga, minha companheira e meu amor. Ana Paula Fernandes, me faltam palavras para dimensionar o tamanho da minha gratidão, do meu amor e da minha admiração por você. Obrigado por tudo, absolutamente tudo que você fez, faz e ainda fará por mim. Se eu fosse narrar aqui tudo o que você fez para tornar possível a conclusão desta caminhada, meus agradecimentos superariam e muito a paginação dos meus elementos textuais. Eu te amo.

E ao falar da Ana Paula é preciso falar dos nossos *penenequinhos*, que apesar do substantivo ser masculino, são duas doces e lindas meninas que trouxeram luz e cores para a minha vida cinza: Catarina e Maria Beatriz. Vocês duas talvez nem saibam, mas quando eu iniciei o mestrado não conseguia tecer uma linha de raciocínio sem estar no mais absoluto silêncio, mas eu concluí a minha revisão bibliográfica enquanto conversava com vocês duas sobre assuntos aleatórios. Talvez vocês não saibam, mas o dia 03 de maio é celebrado como o Dia do Cientista Político, data em que, no ano de 2020, passei o dia lendo Nicolau Maquiavel para as aulas, e que no ano de 2021 passei o dia fazendo almoço para quatro pessoas, e entre o parque do condomínio e alguns filmes infantis que agora não me lembro quais eram. Agora vocês sabem, sabem que a minha vida é mais doce desde que vocês chegaram, sabem também que sou grato por tudo que vivemos e viveremos.

Se em algum momento ao longo dessa caminhada *me olvidé de vivir*, sem sombra de dúvidas, não foram nos momentos em que estivemos os quatro juntos.

Party Organizations are the *leprechauns* of the political forest,
legendary creatures with special powers who avoid being seen.
Because no one has ever photographed a party organization,
descriptions vary widely and many scholars
do not take them seriously enough
to investigate their being.
(JANDA, 1983, p. 319)

RESUMO

Quão fortes ou fracos são os partidos brasileiros? A partir desta pergunta a presente pesquisa objetiva mensurar a força das estruturas partidárias brasileiras frente a uma comparação transnacional. Tal empreitada busca, primeiramente, por meio da revisão bibliográfica, discorrer sobre a trajetória dos estudos partidários objetivando contribuir teoricamente com o debate acerca dos conceitos de organização e estrutura partidária, seus critérios definidores, sua diferenciação e como tais objetos se relacionam para, então, por intermédio do *Party Strenght Index* (PSI), mensurar a força das estruturas partidárias brasileiras, permitindo situar a posição do Brasil num panorama geral que compreende outros 24 países da Europa, Ásia e América Latina. A pesquisa foi realizada, em sua maioria, com dados provenientes de duas fontes: acerca dos partidos brasileiros foi utilizado um banco de dados desenvolvido pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários da Universidade Federal do Paraná (LAPeS-UFPR), enquanto que, por outro lado, a respeito dos demais partidos políticos mundo a fora, as informações são oriundas do *Political Party Database Project* (PPDB), um banco de dados colaborativo mantido por diversos pesquisadores, mantido e hospedado pela Universidade de Harvard. Para a análise dos dados e dos resultados obtidos será empregado o uso de estatística descritiva. Os achados apontam majoritariamente para a já conhecida fraqueza dos partidos políticos latino-americanos, porém, ao considerarmos apenas o quadro brasileiro, a situação se agrava profundamente, uma vez que os partidos brasileiros apresentam números substancialmente mais baixos que a maioria dos partidos analisados. Por conseguinte, os resultados analisados apontam para similaridades compartilhadas entre países da América Latina e do Leste Europeu, sendo todas democracias de terceira onda com partidos cujas estruturas partidárias são majoritariamente débeis, indicando que a afirmação de que a relação entre força partidária e idade do partido, bem como a idade do período democrático, é positivamente correlacionada.

Palavras-chave: Partidos políticos. Sistema partidário. Política comparada.

ABSTRACT

How strong or weak are Brazilian parties? Based on this question, this research aims to measure the strength of Brazilian party structures in a transnational comparison. This endeavor seeks, first, through a literature review, to discuss the trajectory of partisan studies aiming to theoretically contribute to the debate about the concepts of organization and party structure, their defining criteria, their differentiation and how these objects relate to each other. Then, by means of the Party Strength Index (PSI), measuring the strength of Brazilian party structures, allowing Brazil's position to be placed in a general panorama that includes 24 other countries in Europe, Asia and Latin America. The research was carried out, for the most part, with data from two sources: for the Brazilian parties, a database developed by the Laboratory of Political Parties and Party Systems of the Federal University of Paraná (LAPeS-UFPR) was used, while for the other political parties around the world the information comes from the Political Party Database Project (PPDB), a collaborative database maintained by several researchers, maintained and hosted by Harvard University. Descriptive statistics will be used to analyze the data and the results obtained. The findings mostly point to the already known weakness of Latin American political parties. However, when we consider only the Brazilian scenario, the situation becomes much worse, since Brazilian parties have substantially lower numbers than most of the parties analyzed. Therefore, the results analyzed point to similarities shared between Latin American and Eastern European countries, all being third-wave democracies with parties whose party structures are mostly weak, indicating that the claim that the relationship between party strength and party age, as well as the age of the democratic period is positively correlated.

Keywords: Political parties. Party system. Comparative Politics.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PSI: PARTIDOS BRASILEIROS	60
GRÁFICO 2 – PSI: 146 PARTIDOS POLÍTICOS	68
GRÁFICO 3 – PARTIDOS POLÍTICOS: IDADE X PSI.....	71
GRÁFICO 4 – PSI MÉDIO POR PAÍS.....	74
GRÁFICO 5 – AMPLITUDE DO PSI POR PAÍS.....	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS DE MENSURAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS.....	40
QUADRO 2 – CRITÉRIOS DE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA	44
QUADRO 3 – RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA .	45
QUADRO 4 – A ESTRUTURA DO BANCO DE DADOS.....	55
QUADRO 5 – MARCO INICIAL DO PERÍODO DEMOCRÁTICO E IDADE DA DEMOCRACIA.....	57
QUADRO 6 – PSI MÉDIO POR PAÍS: FORÇA X AMPLITUDE	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERCENTUAL DA BANCADA PARTIDÁRIA CONTEMPLADA POR PAÍS.....	54
TABELA 2 – PSI: PARTIDOS BRASILEIROS.....	59
TABELA 3 – PSI: 146 PARTIDOS POLÍTICOS.....	64
TABELA 4 – ESTRATIFICAÇÃO E AGRUPAMENTO DOS PARTIDOS POR FAIXA DE PSI	70
TABELA 5 – ESTRATIFICAÇÃO DO PSI: PARTIDOS POR PAÍSES.....	72
TABELA 6 – MÉDIA DO PSI E AMPLITUDE POR PAÍS	73
TABELA 7 – PARTIDO MAIS FORTE E O TAMANHO DA BANCADA POR PAÍS...	77

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

A	Social Democrats	Dinamarca
Ap	Labour Party	Noruega
B	Social Liberal Party	Dinamarca
BE	Left Bloc	Portugal
BZÖ	Alliance for the Future	Áustria
C	Centre Party	Suécia
C	Conservatives	Dinamarca
CDA	Christian Democratic Appeal	Holanda
CDC	Democratic Convergence of Catalonia	Espanha
cdH	Democratic Humanist Centre	Bélgica
CDS-PP	People's Party	Portugal
CDU	Christian Democratic Union	Alemanha
CDV	Christian-Democratic Flemish	Bélgica
CSSD	Social Democratic Party	República Tcheca
CSU	Christian Social Union	Alemanha
CU	Christian Union	Holanda
D66	Democrats 66	Holanda
DéFI	Federalists, Democrats, Francophone	Bélgica
DEM	Democratas	Brasil
F	Socialist People's Party	Dinamarca
FDP	Free Democratic Party	Alemanha
FIDESZ	FIDESZ – Hungarian Civic Alliance	Hungria
FPÖ	Freedom Party	Áustria
FrP	Progress Party	Noruega
GL	Green Left	Holanda
Grüne	The Greens	Áustria
GRÜNE	Alliance '90 / The Greens	Alemanha
H	Conservative Party	Noruega
I	Liberal Alliance	Dinamarca
IdV	Italy of Values	Itália
IU	United Left	Espanha

KD	Christian Democratic	Suécia
KDU-CSL	Christian Democratic Union	República Tcheca
KrF	Christian Democratic Party	Noruega
KSCM	Comunist Party	República Tcheca
L	Liberal People's Party	Suécia
Lewica	Democratic Left Alliance	Polônia
LINKE	The Left	Alemanha
LMP	Politics Can Be Different	Hungria
LN	Northern League	Itália
LSP	Socialist Party Alternative	Bélgica
M	Moderate Party	Suécia
MORENA	National Regeneration Movement	México
MP	Green Party	Suécia
MR	Reform Movement	Bélgica
MSZP	Socialist Party	Hungria
N-VA	New Flemish Alliance	Bélgica
O	Danish People's Party	Dinamarca
Ø	Red-Green Alliance	Dinamarca
ODS	Civis Democratic Party	República Tcheca
ÖVP	People's Party	Áustria
PAN	National Action party	México
PC	Conservative Party	Romênia
PCB	Partido Comunista Brasileiro	Brasil
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	Brasil
PCO	Partido da Causa Operária	Brasil
PCP	Communist Party	Portugal
PD	Democratic Party	Itália
PDC	Christian Democratic Party	Chile
PdL	The People of Freedom	Itália
PDS	Partido Democrático Social	Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista	Brasil
PEN	Partido Ecológico Nacional	Brasil
PEV	Ecologist Party	Portugal

PFL	Partido da Frente Liberal	Brasil
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	Brasil
PIRATEN	Pirate Party	Alemanha
PiS	Law and Justice	Polônia
PMB	Partido da Mulher Brasileira	Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Brasil
PMN	Partido da Mobilização Nacional	Brasil
PNB	Basque Nationalist Party	Espanha
PNL	National Liberal Party	Romênia
PO	Civic Platform	Polônia
PP	Partido Progressista	Brasil
PP	People's Party	Espanha
PPD	Party for Democracy	Chile
PPD/PSD	Social Democratic Party	Portugal
PPL	Partido Pátria Livre	Brasil
PPS	Partido Popular Socialista	Brasil
PR	Partido da República	Brasil
PRB	Partido Republicano Brasileiro	Brasil
PRD	Party of Democratic Revolution	México
PRI	Institutional Revolutionary Party	México
PROS	Partido Republicano da Ordem Social	Brasil
PRP	Partido Republicano Progressista	Brasil
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	Brasil
PS	Socialist Party	Bélgica
PS	Socialist Party	Portugal
PS	Socialist Party	França
PS	Socialist Party	Chile
PSB	Partido Socialista Brasileiro	Brasil
PSC	Partido Social Cristão	Brasil
PSD	Partido Social Democrático	Brasil
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	Brasil
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	Brasil
PSL	Partido Social Liberal	Brasil

PSL	Polish People's Party	Polônia
PSOE	Socialist Party	Espanha
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	Brasil
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores	Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	Brasil
PTC	Partido Trabalhista Cristão	Brasil
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional	Brasil
PV	Partido Verde	Brasil
PvdA	Labour Party	Holanda
PvdD	Party for the Animals	Holanda
PVE	Ecological Green Party	México
RN	National Renewal	Chile
RU	Reino Unido	-
S/SAP	Social Democrats	Suécia
SD	Solidariedade	Brasil
SGP	Reformed Political Party	Holanda
SP	Centre Party	Noruega
SP	Socialist Party	Holanda
SPD	Social Democratic Party	Alemanha
SPÖ	Social democratic Party	Áustria
SV	Socialist Left Party	Noruega
TOP09	Tradition Responsibility Prosperity	República Tcheca
TR	Palikot's Movement	Polônia
UDI	Independent Democratic Union	Chile
UMP	Union for a Popular Movement	França
V	Left Party	Suécia
V	Liberal party	Noruega
V	Liberals	Dinamarca
VB	Flemish Interest	Bélgica
VLD	Open Flemish Liberals and Democrats	Bélgica
VVD	People's Party for Freedom and Democracy	Holanda

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	JUSTIFICATIVA	24
1.2	OBJETIVOS	25
1.2.1	Objetivo geral	25
1.2.2	Objetivos específicos.....	25
1.3	METODOLOGIA.....	26
2	REVISÃO DE LITERATURA	27
2.1	DEFINIÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO	29
2.2	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA: DO IMBRÓGLIO CONCEITUAL A UMA PROPOSTA DE DISTINÇÃO.....	31
2.2.1	As limitações da abordagem evolutiva e dos modelos partidários clássicos	31
2.2.2	A evolução dos estudos comparados sobre organização partidária	34
2.2.3	Organização e estrutura partidária: o que são e como se relacionam.....	42
2.3	PARTY STRENGHT INDEX: COMPARANDO ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS.....	46
2.4	PORQUE ESTUDAR ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS?.....	48
3	MATERIAL E MÉTODOS	50
3.1	A APLICAÇÃO DO PSI E A RELEVÂNCIA DO Z-SCORE.....	51
3.2	SOBRE O BANCO DE DADOS: LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES.....	52
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	58
4.1	O PSI APLICADO AOS PARTIDOS BRASILEIROS.....	58
4.2	A COMPARAÇÃO TRANSNACIONAL.....	64
4.3	A MÉDIA DO PSI POR PAÍS: QUADROS NACIONAIS COMPARADOS.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
5.1	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	80
	REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

O que é um partido político forte? A resposta para essa pergunta, num primeiro momento, tende a variar ao gosto do freguês e geralmente está na ponta da língua de qualquer indivíduo que trabalhe no dia a dia da política institucional. Dentre as variáveis costumeiramente consideradas estão: o número de parlamentares, de prefeituras, o número de diretórios ou comissões provisórias espalhados pelo país, o montante de dinheiro que o partido tem à sua disposição e a massa de adeptos e filiados formais.

Notadamente, a compreensão geral do que é um partido forte perpassa as três faces de um partido político: executivo, legislativo e a sua própria organização interna. No entanto, mais importante do que definir o que é um partido forte ou fraco com base em uma ou numa combinação dessas três faces, é definir o que é um partido político e a partir de quais faces e variáveis investigar a sua força.

Um longo caminho foi percorrido para que pudéssemos, enfim, ter meios e ferramentas para mensurar variáveis partidárias. Parte deste caminho está contemplado pela revisão de literatura deste trabalho, a qual parte da definição do que é um partido político para, então, partir para a superação de um imbróglio teórico e conceitual que perpassa os estudos partidários: definir e separar o que é estrutura partidária e o que é organização partidária. Isto só é possível por meio de uma detalhada análise da trajetória dos estudos sobre partidos políticos, desde os modelos tectônicos consolidados pela abordagem evolutiva das organizações partidárias, até os estudos que, a partir dos anos 80, se desdobraram a contestar essa visão normativa dos partidos políticos, mais preocupados em analisar os partidos políticos em si, desenvolvendo ao invés de adotarem modelos prontos e tipicamente ideais.

Um dos desdobramentos desses trabalhos que se preocuparam em analisar os partidos políticos pelo que eles de fato são foi a criação do Índice de Força Partidária (PSI - *Party Strength Index*) proposto por Webb & Keith (2017). O PSI se propõe a analisar a força dos partidos políticos por meio das suas estruturas partidárias que, em suma, diz respeito aos recursos que um partido político tem à sua disposição, neste caso especificamente, o número de filiados e o orçamento do partido. Por se tratarem de duas variáveis quantificáveis, o PSI tem a capacidade de precisar a força relativa dos partidos políticos de uma determinada amostra com base

numa relação teoricamente simples, porém, metodologicamente robusta: quanto maior o número de filiados e mais dinheiro o partido tiver à sua disposição, mais fortes são as suas estruturas partidárias.

Considerando a premissa de que a dificuldade de encontrar dados e informações acerca das organizações partidária mundo a fora é uma realidade enfrentada pelos pesquisadores dos partidos políticos, o PSI e a sua aplicação se torna ainda mais robusta, uma vez que a redução de variáveis quantificáveis (número de filiados e dinheiro do partido) proporciona a facilidade de sua operacionalização, permitindo estabelecer análises e comparações de larga escala entre os mais diversos partidos dos mais diferentes países. Tal facilidade é, também, o que permite a inserção dos partidos brasileiros em análises e comparações transnacionais para responder à questão que norteia esta pesquisa: a nível internacional, quão fortes ou fracos são os partidos brasileiros?

O propósito desta pesquisa ao tratar dos partidos brasileiros é comparar a força das suas estruturas partidárias frente a uma amostra considerável de partidos políticos de diversos países, para então poder dimensionar quão fortes ou fracos eles são frente à comparação. Esta abordagem permite superar dois *gaps* que há nos estudos partidários brasileiros. Primeiramente, a ausência de trabalhos que se dedicam a este propósito, e os que se destinam a dissertar sobre a fraqueza ou força dos partidos brasileiros acabam por fazer a partir de estudos de caso, com farta predileção ao Partido dos Trabalhadores (PT) como objeto de estudo, ou a partir de comparações modestas e caseiras, restringindo o escopo apenas aos partidos no âmbito nacional.

A partir desta introdução, a presente dissertação está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo se dedica à apresentação da revisão bibliográfica dividida em seis partes para compartimentar a linha de raciocínio, cujo ponto de partida é uma definição de partido político que se enquadre aos propósitos deste trabalho, podendo ser resumida como uma organização com estruturas e normas que regulam suas interações internas e externas, cuja característica definidora e excepcional de sua existência é deter o monopólio da representação política institucional. Por conseguinte, são apresentadas as limitações da abordagem evolutiva e dos modelos clássicos de partidos políticos e como estas acabaram por contribuir para um imbróglio conceitual entre estrutura e organização partidária, até meados dos anos 80 quando

os estudos iniciados por Kenneth Janda propiciaram uma nova agenda de pesquisa dedicada a analisar os partidos políticos pelo que de fato são, abdicando dos modelos clássicos ideais pré-concebidos. Após percorrer este percurso, torna-se possível distinguir estrutura e organização partidária, resumidamente, enquanto a primeira está ligada aos recursos que o partido tem a sua disposição, a segunda está atrelada aos processos decisórios do partido, de tal forma que se relacionam da seguinte forma: enquanto a estrutura pode ser compreendida como apenas uma parte componente da organização partidária, esta, por sua vez, compreende o estatuto, as regras implícitas e explícitas e todo o complexo sistema que envolve o processo decisório do partido, inclusive seus agentes políticos que decidem como, quando e por que utilizar as estruturas e os recursos partidárias.

Ainda no primeiro capítulo, o Party Strength Index (PSI) é explanado desde os seus fundamentos teóricos até a sua aplicabilidade, expondo suas capacidades e limites diante do propósito desta pesquisa. Por fim, o sexto e último ponto da revisão bibliográfica expõe a importância e a necessidade de estudar os partidos políticos sob a ótica das suas estruturas partidárias, dentre os quais se destacam os seguintes pontos: elas são preditores da qualidade e força da democracia em um determinado país, da mesma forma que, no caso de democracias incipientes (especialmente nas democracias de 3ª onda da América Latina e do Leste Europeu), as estruturas partidárias podem funcionar como pontes institucionais entre os partidos e os eleitores diante do novo regime, fornecendo a eles atalhos informacionais capazes de sedimentar as bases de uma nova democracia.

No segundo capítulo são apresentados os materiais e métodos utilizados, em especial as principais fontes de informação utilizadas para a elaboração do banco de dados desta pesquisa, como o *Political Party Database Project* (PPDB) e o banco de dados elaborado e disponibilizado pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários da Universidade Federal do Paraná (LAPeS-UFPR). Além de retomar a aplicação do PSI, esmiuçando os pormenores da montagem de sua equação, o banco de dados é apresentado em detalhes, por meio de uma unidade de análise tomada como exemplo, suas colunas variáveis e fontes de informação são apresentadas de forma descritiva, num esforço para detalhar o processo de montagem do banco de dados e demais informações pertinentes ao uso dos materiais. Por conseguinte, para

a análise dos materiais e a apresentação dos resultados desta pesquisa, utiliza-se o emprego de estatística descritiva simples.

O terceiro capítulo e a apresentação dos resultados está organizada em três partes, onde, primeiramente, o caso brasileiro é analisado de forma isolada cuja aplicação do índice de força partidária na amostra de partidos brasileiros permite identificar a força e fraqueza dos partidos brasileiros entre si, possibilitando a análise do quadro partidário brasileiro e a seleção do recorte de partidos a serem utilizados na comparação transnacional. Adiante, a comparação transnacional com a amostra de partidos brasileiros inclusa é apresentada de forma ranqueada, do partido mais forte ao partido mais fraco, o que possibilita a análise dos casos desviantes e a identificação de padrões a serem analisados em relação aos partidos. A terceira e última parte é dedicada a apresentação e a análise do PSI médio por país, dado obtido pela média dos partidos agrupados por cada país, o que permite uma comparação entre países e suas respectivas características.

No quarto capítulo são apresentadas as considerações finais, bem como a resposta para a pergunta norteadora desta pesquisa: os partidos políticos brasileiros, em relação aos demais partidos analisados, possuem estruturas partidárias débeis e pouco consistentes, compartilhando algumas mesmas características comuns aos partidos políticos do Leste Europeu. Por fim, as perspectivas e recomendações para pesquisas futuras apontam para a necessidade de um aprofundamento com vistas a melhorar a nossa compreensão sobre o papel e a relação das estruturas partidárias frente aos sistemas políticos, sejam eles de natureza eleitoral, de governo, ou na combinação de ambas, em suma: como os sistemas eleitoral e de governo conformam os limites e as possibilidades das estruturas partidárias.

1.1 JUSTIFICATIVA

A importância teórica justifica-se por dois aspectos desta pesquisa. Primeiramente, a revisão de bibliografia contribui para deslindar o debate acerca da organização partidária, principalmente em relação ao imbróglio teórico conceitual entre organização e estrutura partidária, imbróglio este favorecido pela abordagem evolutiva das organizações partidárias focada em tipos ideais de partido. Por outro lado, a inserção dos partidos brasileiros permite situar o quadro partidário brasileiro

num panorama geral, estabelecendo semelhanças e diferenças em relação aos partidos políticos dos demais países, possibilitando a abertura de novas possibilidades e agendas de pesquisa.

A justificativa de ordem prática pode ser exemplificada por uma via de duas mãos a partir da inserção do Brasil e dos seus partidos políticos numa comparação transnacional. A comparação permite situar o Brasil em escala global, propiciando a análise e a mensuração de quão fortes ou fracos são os partidos brasileiros perante os partidos dos demais países. Desta feita, a justificativa de ordem teórica é a de que estudos comparados, em suma, são exceções nos estudos partidários brasileiros, costumeiramente centrados em análises descritivas de um único partido, com larga predominância do Partido dos Trabalhadores (PT) como objeto de estudo.

Desta feita, esta pesquisa visa contribuir teoricamente ao propor e oferecer uma análise com maior precisão conceitual por meio de dados robustos e comparáveis, e não apenas por estudos de caso, pretendendo uma melhora ao entendimento do que se pode dizer sobre os partidos políticos, seus limites conceituais e suas limitações comparativas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar, por intermédio do PSI, a potencial força ou fraqueza das estruturas partidárias brasileiras frente a uma amostra de 162 partidos políticos de 24 países diferentes entre si. Tal comparação permite situar o quadro partidário brasileiro num panorama geral, em palavras mais simples, permite situar qual o lugar ocupado pelo Brasil e por seus respectivos partidos num ranking geral de força dos partidos políticos sob a ótica das suas estruturas.

1.2.2 Objetivos específicos

Contribuir, por intermédio da revisão bibliográfica narrativa aqui desenvolvida, para com o debate teórico e conceitual acerca de dois conceitos basilares que por muito tempo foram negligenciados na literatura sobre partidos políticos: estrutura

partidária e organização partidária, possibilitando identificar seus critérios definidores, sua diferenciação e a relação estabelecida entre organização e estrutura partidária.

Estabelecer, por meio da comparação transnacional, paralelos entre os partidos políticos analisados, bem como entre seus respectivos países, a partir das características das estruturas partidárias. Tal análise pode proporcionar uma melhor compreensão sobre o papel, a importância e a influência de determinadas características institucionais no tipo de estrutura partidária identificada, como, por exemplo, a idade da democracia, a idade do partido, o tamanho das bancadas partidárias.

1.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa parte de uma revisão bibliográfica narrativa para estabelecer uma síntese da trajetória dos estudos sobre organizações partidárias. Partindo da definição de partido político e da abordagem evolutiva das organizações partidárias até os estudos iniciados por Kenneth Janda em 1980, que propiciaram o surgimento de uma nova abordagem focada em análise empírica e estudos comparados.

Um dos desdobramentos dessa nova abordagem foi a criação do Índice de Força Partidária (PSI - *Party Strength Index*) proposto por Webb & Keith (2017). O PSI é um índice utilizado para mensurar a força das estruturas partidárias de um determinado partido político por meio de duas variáveis: número de filiados e orçamento do partido. O PSI permite uma comparação relativa entre partidos políticos de uma mesma amostragem, de tal forma que as posições e o ranqueamento dos partidos não são absolutos, mas sim dependentes e relativos à amostra geral. A simplicidade do PSI ao se limitar a duas variáveis quantificáveis é o que permite a inserção dos partidos brasileiros e a realização de comparações transnacionais de larga escala, uma vez que o número de dados e informações necessárias para mobilizar tal empreendimento é menor, possibilitando a superação da já conhecida dificuldade de acesso e disponibilização dos dados e informações acerca dos partidos políticos no mundo todo, que tende a variar significativamente de país para país.

A opção pelo PSI e não por outra forma ou índice de mensuração partidária justifica-se por dois pontos sensíveis ao desenvolvimento de estudos comparados. Primeiramente, de ordem prática pois, como já fora mencionado, a dificuldade em

encontrar fontes confiáveis de informação a respeito dos partidos políticos mundo a fora é uma realidade que torna enfadonha e pouco produtiva a tarefa de comparar os partidos políticos sob a ótica de muitas variáveis, portanto, a simplicidade do PSI ao se valer apenas de duas variáveis quantificáveis (dinheiro e filiados) permite driblar parte desta realidade dificultosa. Da mesma forma, o PSI tem em sua simplicidade a robustez analítica necessária para precisar a força das estruturas partidárias, dado que, embora seja difícil de precisar o número de profissionais ligados formalmente aos partidos e o número de diretórios ou comissões locais (staff e filiais locais, as outras variáveis de estrutura partidária), supõe-se que, conforme exposto por Webb & Keith (2017), as duas variáveis contempladas pelo PSI estejam intimamente ligadas as duas variáveis negligenciadas por conta da difícil disposição dos dados, uma vez que partidos com maior orçamento tendem a ter um staff maior, da mesma forma que partidos com maior número de filiados tendem a ter também um maior número de filiais locais.

Os dados disponíveis sobre os partidos políticos são provenientes de duas fontes, sendo que as informações acerca dos partidos brasileiros são do ano de 2015 e foram coletadas diretamente dos sítios oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estando todas estas informações reunidas, organizadas e disponibilizadas num banco de dados desenvolvido pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários da Universidade Federal do Paraná (LAPeS-UFPR). Por outro lado, a respeito dos demais partidos políticos mundo a fora, as informações são oriundas do *Political Party Database Project* (PPDB), um banco de dados colaborativo mantido por diversos pesquisadores, dentre eles, Susan Scarrow, Thomas Poguntke e Paul Webb. O processo de coleta para o PPDB é fruto de um trabalho coletivo capitaneado pelos autores referenciados acima, cujo o relato sobre a dificuldade de encontrar informações confiáveis de país para país é descrita nos trabalhos que tiveram como base os dados obtidos e organizados por eles, de certa forma que cada autor ficou responsável pela coleta de um ou mais países, sendo que os dados referentes aos partidos do PPDB variam no intervalo de 2010 a 2017. Em caso de partidos cujas as unidades de análise são duplicadas, ou seja, em que há dados de 2010 e 2014 sobre o mesmo partido, optei por trabalhar com a unidade de análise do ano em que esteja mais próxima possível e 2015, num esforço para tornar a amostra mais concisa

temporalmente. Por fim, para a análise dos dados e dos resultados esta pesquisa vale-se do emprego de estatística descritiva simples.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Falar de partidos políticos é, sobretudo, falar de organizações. Desde os estudos seminais da tradicional sociologia das organizações¹ eles são concebidos como tais, e, assim sendo, esta literatura muito contribuiu para a pesquisa sobre partidos políticos como objeto de estudo.

Diversas agendas de pesquisa se tornaram proeminentes na literatura ao analisar os partidos políticos sob outras perspectivas, como de seu desempenho eleitoral e, também, de suas faces legislativa e governamental, enquanto que o estudo sobre os partidos políticos “per se” e suas organizações seguiram o caminho dos modelos partidários clássicos, e da abordagem evolutiva das organizações partidárias. Segundo Bolognesi (2020), esta abordagem tem como postulado central o sentido geral do desenvolvimento e das transformações partidárias e que, embora reconheça o alcance em diferentes graus em países e tempos diferentes, a evolução partidária tende a uma linearidade, evoluindo de um tipo partidário a outro, de acordo com o tempo e o estágio do país.

No entanto, o caráter amplo, linear e peremptório desta abordagem possui algumas limitações, principalmente quanto à capacidade de precisão e delimitação de alguns conceitos fundamentais, como, por exemplo, definir separadamente e a contento o que é estrutura e o que é organização em um partido político. Estes são termos tratados de forma superficial e quando não o são acabam sendo abordados como se fossem a mesma coisa pelos modelos partidários clássicos, o que gera um impasse terminológico e conceitual. Assim, se não conseguimos definir o que são e distingui-los, também se torna impreciso definir a interação entre ambos, uma vez que a abordagem evolutiva dos partidos políticos e suas respectivas tipologias não são acuradas para explicar rotundamente estes conceitos e suas dinâmicas.

¹ São exemplos de contribuições da sociologia das organizações para o estudo de partidos políticos: Michels (2001), Weber (1999) e Panebianco (2005). Os textos originais destas obras datam de 1911, 1922 e 1985, respectivamente.

Qual a diferença entre estrutura e organização partidária? Como esses dois conceitos se relacionam? Estas são as questões centrais a serem respondidas por esta revisão bibliográfica narrativa. Portanto, primeiramente, é preciso definir conceitualmente o que é um partido político para, enfim, avaliar as limitações da abordagem evolutiva dos partidos políticos e dos modelos partidários clássicos em oferecer uma resposta categórica a este problema. Além de não oferecer uma resposta, a abordagem evolutiva dos partidos políticos acaba por exercer um efeito reverso: a natureza determinística dos modelos partidários contribuiu para uma acentuada confusão terminológica e conceitual entre ambos os conceitos.

Em seguida, prossegue-se à análise da evolução dos estudos partidários comparados, com base em alguns trabalhos empíricos que se desenvolveram à margem e paralelamente aos modelos partidários clássicos. Pesquisas iniciadas nos anos 80, especificamente nos Estados Unidos, se dedicaram ao estudo e a mensuração das organizações partidárias, contribuindo para o desenvolvimento de uma abordagem alternativa de análise das organizações partidárias, permitindo o estabelecimento de critérios mínimos para a delimitação conceitual entre o que é estrutura e o que é organização em um partido político.

Por último, com base na literatura analisada, proponho uma resposta embrionária ao problema de pesquisa, delimitando estrutura partidária em termos de “recursos”, e a organização partidária em termos de “processos”. Desenvolve-se uma compreensão de que ambos os conceitos estabelecem uma relação de interdependência, onde a estrutura é parte componente da organização, enquanto que, essa última, engloba procedimentos, regras, hierarquias e relações de poder que permeiam e vão além da estrutura partidária, estabelecendo a relação do partido com diversos atores e nos mais diversificados ambientes: parlamento, gabinete, eleitorado e sociedade.

2.1 DEFINIÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO

Primeiramente, convém definir o que é um partido político, ou mais especificamente, dada a complexidade e multiplicidade de possibilidades, o conceito que melhor se enquadra ao propósito deste trabalho. De início, um partido político pode ser concebido como uma organização de indivíduos voltada à ação coletiva e

provedora de bens públicos para seus membros (Aldrich, 1995), e que, segundo o *Canada Elections Act*², a lei que rege as eleições canadenses, tem como propósito fundamental “participar dos assuntos públicos endossando um ou mais de seus membros como candidatos e apoiando sua eleição” (pg. 8).

Ao assumirmos como ponto de partida tais concepções, a ação coletiva e a participação dos partidos nos assuntos públicos funcionam como “filtros” que dão sentido às visões desarticuladas e desorganizadas dos eleitores que, por meio dos seus votos, conferem poderes a um partido levar à prática o que foi debatido pela sociedade em período eleitoral. Assim, é o “partido que vence uma eleição e não a opinião pública que tem autoridade imediata para decidir e implementar políticas” (Rose, 1984, p. 09). Contudo, deve-se ter cautela com definições imbuídas de preconceitos teleológicos, ou seja, que tendem a definir o partido como “meio” para atingir algum determinado “fim” externo (ganhar eleições, conquistar cargos), como se esta finalidade determinasse a natureza do partido (Panebianco, 2005).

Diante de tal fato, cabe a seguinte questão: quais os critérios capazes de definir conceitualmente um partido político como um fim em si mesmo? Segundo Katz (1987), ao pensarmos especificamente no significado de “partido dentro do modelo de governo partidário democrático, pode-se sugerir um ‘conceito contínuo de partidatismo’” (p. 297), definido por quatro características: (1) são organizações onipresentes nos sistemas políticos modernos, que exibem (2) comportamento de equipe (3) objetivando ganhar o controle do poder político e; (4) basear suas reivindicações de legitimidade no sucesso eleitoral.

Desta forma, um partido político pode ser definido como uma organização *sui generis*, destacando-se das demais por sua onipresença nos sistemas políticos modernos, produto exclusivo do monopólio da representação política institucional, uma vez que os partidos políticos funcionam como “filtros” de recrutamento, seleção, promoção e legalização de candidaturas. Do ponto de vista do seu funcionamento interno e da sua concepção endógena, os partidos políticos podem ser compreendidos como sistemas regidos por um conjunto de regras e normas, escritas ou costumeiras, que designam os tipos de interação que devem ocorrer internamente e em relação ao ambiente externo, onde os membros recrutados possuem poder de decisão e o seu

² Estatuto Canadense de Eleições.

próprio sistema interno de resolução de conflitos (Sáez & Freidenberg, 2000). Entretanto, é preciso salientar uma informação à título de nota: o debate aqui proposto e esta definição de partido político se restringe ao contexto das democracias liberais e aos partidos que operam sob este contexto.

A vantagem propiciada pela conjunção dessas duas últimas definições é descrever os partidos políticos a partir de sua característica excepcional (o monopólio da representação política institucional) e pela ótica de sua organização interna que, de forma categórica, pode ser concebida como “estruturas e normas que regulam a interação entre os diferentes atores que as compõem” (Sáez & Freidenberg, 2000, p. 06). A partir dessa definição é possível estabelecer de partida que, no contexto da organização interna dos partidos políticos, há uma distinção entre “estruturas” e “normas”, e que estes não são conceitos congêneres.

2.2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA: DO IMBRÓGLIO CONCEITUAL A UMA PROPOSTA DE DISTINÇÃO

Por que afinal há tanta dificuldade e confusão, do ponto de vista da sua organização interna, em distinguir conceitualmente estrutura e organização partidária? Embora ambos os conceitos possam parecer semanticamente semelhantes, de fato, não o são, e o objetivo deste tópico é identificar a origem das limitações que causam essa imprecisão, bem como suas causas e consequências para os estudos dos partidos políticos.

Adiante, passa-se à análise de estudos que se dedicaram metodologicamente à mensuração e comparação dos partidos políticos sob a ótica de suas organizações internas, com o objetivo de avaliar as contribuições destas aos estudos comparados de partidos políticos.

2.2.1 As limitações da abordagem evolutiva e dos modelos partidários clássicos

Antes de mais nada, é preciso assumir a primeira de todas as limitações subsequentes: a de que o processo evolutivo das organizações partidárias não é um fenômeno linear (Gunther & Diamond, 2015; Scarrow & Webb, 2017; Bolognesi, 2020). Embora a abordagem evolutiva dos partidos políticos reconheça que os

partidos podem se encontrar em diferentes estágios, de acordo com o nível de desenvolvimento do país, a evolução das organizações partidárias não segue uma receita pronta que se inicia com os partidos de quadros e de massas³, passando pelo partido *catch-all*⁴ e profissional eleitoral⁵, para enfim desaguar nos partidos cartelizados⁶ altamente dependentes do Estado.

Os partidos respondem a desafios ambientais em diferentes contextos, em diferentes países e sob “regras do jogo” muito diversificadas e, embora possamos identificar características desses modelos partidários em diversos partidos no mundo, eles são incapazes de conceber com precisão os partidos políticos tal como eles se estruturam e se organizam em diferentes contextos e ambientes. Assim, tais modelos clássicos demonstram severas limitações para analisar com a devida precisão o surgimento, desenvolvimento e a institucionalização dos partidos políticos em contextos diferentes da Europa Ocidental.

As críticas mais contundentes aos modelos partidários clássicos e suas limitações foram expostas por Richard Gunther e Larry Diamond, em artigo publicado pela *Party Politics* no ano de 2003⁷. Os autores apontaram para os riscos de uma “elasticidade conceitual”, no que eles identificaram como “uma tentativa de encaixar quadrados em círculos” (Gunther & Diamond, 2015, p. 10), uma vez que a tentativa de enquadrar os novos partidos em conceitos antigos acentuou a descaracterização dos modelos partidários, dirimindo ainda mais sua precisão conceitual.

Essa elasticidade conceitual torna inapropriado o uso dos modelos partidários para estudos comparativos entre partidos em diversos países por conta do seguinte *trade-off*: “o que se ganha em parcimônia perde-se em termos de habilidade para abarcar teoricamente as variações significativas entre os partidos políticos no mundo” (Gunther & Diamond, 2015, p. 12). Outro problema identificado pelos autores era a supervalorização de uma única variável partidária, fazendo com que muitos dos

³ Duverger (1954)

⁴ Kirchheimer (2012)

⁵ Panebianco (2005)

⁶ Katz & Mair (1995)

⁷ O autor teve acesso a uma tradução publicada pela Revista Paraná Eleitoral em 2015.

estudos sobre o tema acabassem por ser excessivamente dedutivos⁸, relegando a um segundo plano a avaliação das evidências pertinentes. Como desdobramento das limitações explicitadas acima, chegou-se à conclusão de que a grande maioria dos estudos sobre organizações partidárias acabaram reclusos à estudos de caso de um único país, e as comparações (quando existem) são baseadas inteiramente em casos descritivos (Fabre, 2011).

Por fim, os autores argumentam que uma possível alternativa para superar essas limitações seria investir em estudos que tenham como ponto de partida “um conjunto de tipos de partido teoricamente mais modesto, mas empiricamente mais abrangente e correto, que reflita de maneira mais condizente as variações reais entre os partidos”. (Gunther & Diamond, 2015, p. 13)

Seguindo este receituário, novas tipologias partidárias foram surgindo paralelamente na literatura sobre organizações partidárias. Wolinetz (2002) é um bom exemplo de tipologia partidária modesta e maleável. Ele desenvolveu um modelo de análise dos partidos políticos baseado no comportamento e nos objetivos partidos: *vote-seeking*; *office-seeking*, e; *policy-seeking* (partido com foco em eleições; partido com foco em cargos públicos, e; partido com foco em políticas públicas)⁹. Este modelo ganha em maleabilidade frente aos modelos clássicos ao levar em consideração que essas três faces podem conviver e se relacionar num mesmo partido e, até mesmo em alguns momentos, serem conflitantes. O mais importante aqui é o reconhecimento de que, a depender da conjuntura e do ambiente em que o partido está inserido, ou numa dada eleição, uma dessas faces pode se sobressair às demais, assumindo assim a natureza dos partidos políticos como organizações dinâmicas que reagem aos desafios ambientais em diferentes contextos. Neste caso, ganha-se em adaptabilidade e maleabilidade, porém, apesar de ser um modelo mais vantajoso se

⁸ Um exemplo de supervalorização de um único critério partidário é relacionar comissões provisórias e diretórios municipais e, a partir desta relação, fazer a seguinte inferência (dedução): quanto mais o partido for organizado em torno de comissões provisórias, mais coesa será a coalizão dominante do partido, da mesma forma, quanto mais o partido for organizado em diretórios municipais, mais instável será a coalizão dominante do partido (Guarnieri, 2009). A coalizão dominante de um partido político é entendida como uma aliança transversal entre políticos nacionais, regionais e locais (Panebianco, 2005), logo, a partir desta definição conceitual, a conformação de uma coalizão dominante seria melhor aferida por uma análise qualitativa sobre a relação entre os agentes que integram esta aliança partidária. Portanto, aferir sua conformação a partir de como o partido se estrutura a nível local é uma dedução proveniente da supervalorização de um único critério partidário que, além de tudo, é insuficiente e inapropriado para aferir o que se propôs a ser mensurado.

⁹ Tradução do autor.

comparado com os clássicos, a dificuldade de estabelecer formas de mensuração empírica ainda é persistente (Bolognesi, 2020).

Embora seja parcimoniosa e, ao longo do tempo, tenha se constituído em uma abundante fonte teórica, a literatura sobre os modelos partidários clássicos, seja por sua natureza determinística, seja pelo forçoso emprego que gerou a “elasticidade conceitual”, não é precisa nem categórica ao definir o que é estrutura e o que é organização de um partido político. Como agravante, em muitos dos casos acaba por conceber os dois conceitos como semelhantes ou congêneres, contribuindo para um mau entendimento terminológico e conceitual. Outra limitação dos modelos partidários clássicos é a impossibilidade destes em fornecer as bases empíricas e metodológicas para a mensuração das organizações partidárias.

Por estas razões, os modelos partidários não respondem a contento a definição, nem tampouco a distinção e a relação entre estrutura e organização partidária. Persistir nesse caminho tornaria a tarefa deste artigo enfadonha e improdutiva. Para a resolução do problema que aqui é apresentado, a saída é recorrer a outras linhas de pesquisa que se desenvolveram paralelamente e à margem dos modelos que dominaram o *mainstream* da teoria partidária. Ou seja, estudos que seguiram a fórmula descrita por Richard Gunther e Larry Diamond: modelos mais modestos, porém empiricamente mais robustos. Em outras palavras: agendas com aspirações menores visando resultados de médio alcance (Scarrow *et al.*, 2017), que investiram em empiria e mensuração, abrindo possibilidades de estudos partidários comparados.

2.2.2 A evolução dos estudos comparados sobre organização partidária

No que diz respeito a mensuração das organizações partidárias, se olhássemos para a literatura até meados dos anos 1980, encontraríamos pouca ajuda, dado que os pesquisadores sobre partidos políticos tinham sérias dificuldades de chegar a um acordo sobre o que seria um partido político forte ou fraco, decadente ou ascendente (Schlesinger, 1984).

Porém, é justamente no início dos anos 1980 que novas agendas de pesquisa surgem paralelamente aos modelos partidários clássicos e à abordagem evolutiva, propondo meios e critérios para mensuração e comparação das organizações

partidárias. O melhor exemplo é a pesquisa pioneira de Kenneth Janda, que deu início a uma segunda escola dedicada a analisar as organizações partidárias baseada em dados empíricos, onde a linearidade dos modelos partidários cede espaço para mudanças incrementais, cuja relação do partido com o ambiente é permeável e não determinística (Bolognesi, 2020), possibilitando assim a análise empírica e comparativa de organizações partidárias em diferentes países e contextos.

Em linhas gerais, é possível vislumbrar três razões que favoreceram o advento desta nova abordagem: (1) a identificação de um frustrante hiato entre a pesquisa partidária e a teoria organizacional, uma vez que os conceitos sobre organização partidária até então estabelecidos pelos modelos partidários foram desenvolvidos em dissonância com os conceitos da teoria organizacional (Janda, 1980); (2) a incapacidade dos modelos partidários clássicos, majoritariamente eurocêntricos, em explicar a dinâmica dos partidos políticos americanos, e, por fim; (3) a inclinação empírica da ciência política norte-americana que, por muitos anos, a distinguiu da ciência política europeia tradicional.

Ancorada na teoria das organizações, esta nova abordagem oferece quatro dimensões gerais propostas a mensurar a organização partidária: grau de organização, centralização de poder, coerência e envolvimento. O grau de organização está relacionado a complexidade dos procedimentos regulares para mobilizar e coordenar os esforços partidários; a centralização de poder se refere à distribuição de poder dentro da organização; a coerência revela o grau de congruência entre os vários indivíduos que compõem o partido, enquanto que, por último; o envolvimento desvela o tipo e a intensidade da participação dos filiados no partido (Janda, 1980; 1983). As principais contribuições dessa operacionalização conceitual para o estudo das organizações partidárias são duas: a possibilidade operacional que estas dimensões gerais concedem para a realização de estudos comparados e a possibilidade de teorizar os processos partidários à luz da teoria organizacional (Janda, 1980).

Do ponto de vista conceitual, esta estrutura analítica nos permite identificar e distinguir variáveis organizacionais estruturais (articulação estrutural, extensividade e penetração da organização e nacionalização da estrutura) e procedimentais (seleção de liderança, manutenção de registros, alocação de fundos e expulsão do partido). No entanto, este arcabouço conceitual metodológico nos restringe apenas a análise de

quão organizados são determinados partidos, não sendo possível fazer qualquer inferência sobre força ou fraqueza organizacional dos partidos políticos.

Seguindo os passos incipientes dessa nova abordagem, a ciência política norte americana abriu os caminhos para novas pesquisas sobre organização partidária e, por conseguinte, para o desenvolvimento de indicadores partidários. Na intenção de mensurar o efeito da organização sobre o sucesso eleitoral, bem como os padrões de integração e força partidária em diferentes níveis, surge o *POS – Party Organizational Strenght*¹⁰ (Applleton & Ward, 1995). O POS é um indicador de força organizacional composto por duas dimensões: complexidade organizacional e capacidade programática, que se ramificam em seis variáveis identificáveis.

As variáveis relativas à complexidade organizacional podem ser definidas da seguinte forma: (V1) se há ou não filial local do partido em determinada localidade; (V2) o tamanho do staff partidário e sua divisão de responsabilidades; (V3) fontes e destinações orçamentárias, e; (V4) a estabilidade do quadro de funcionários e a autonomia da liderança. Por conseguinte, as variáveis relativas à capacidade programática podem ser definidas como: (V5) arrecadação de fundos para campanha, pesquisas de opinião e mobilização eleitoral, e; (V6) recrutamento e seleção de delegados e atividades relativas ao endosso de primárias eleitorais. O POS fornece uma escala global pela qual é possível avaliar a força organizacional de um partido (Applleton & Ward, 1995).

Em comparação ao fecundo trabalho de Kenneth Janda, a principal contribuição do *POS* ao agregado da literatura sobre organização partidária é a possibilidade de fazer inferência sobre força organizacional, bem como contribuir para o refinamento da operacionalização das variáveis organizativas, principalmente a divisão do trabalho e a profissionalização da liderança, que ainda não haviam sido consideradas no modelo anterior.

Mesmo diante das raras tentativas de codificar as organizações partidárias presentes na literatura, Fabre (2011) trilhou pelo mesmo caminho e acabou por contribuir significativamente para a literatura ao propor critérios e medidas qualitativas, com o objetivo de mensurar as organizações partidárias de acordo com o grau de autonomia ou centralização do processo decisório em partidos regidos em sistemas

¹⁰ O *Party Organizational Strenght (POS)* foi proposto por um conjunto de pesquisadores vinculados ao *Party Transformation Study (PTS)*. Para ler mais a respeito, ver Applleton & Ward (1995).

multinível: local, regional e nacional. Esta proposta contribui ao adotar critérios que se propõem a mensurar duas dimensões: o grau de autonomia dos partidos locais frente aos regionais, bem como dos partidos regionais frente aos partidos nacionais e vice-versa. Em suma, estabelece condições e ferramentas para comparar e analisar qualitativamente a relação entre as unidades de um determinado partido político, bem como a partir de tal fato comparar uma organização partidária com outra.

Toda esta abordagem comparativa preocupada com mudanças discretas e incrementais dos partidos políticos se desenvolveu paralelamente à teoria dos modelos partidários restritos ao contexto da Europa Ocidental. O determinismo dos modelos partidários clássicos também se mostrou incapaz de compreender os partidos políticos em outros países e contextos, fazendo com que a agenda iniciada pelos pesquisadores norte-americanos acabasse por se tornar influente entre pesquisadores das organizações partidárias na América do Sul (Sáez & Freidenberg, 2000; Cyr, 2012; Wills-Otero, 2016; Petrova, 2020) do Leste Europeu (Tavits, 2012; 2013) e da Ásia (Hellmann, 2011).

Os esforços iniciados por Kenneth Janda e pela ciência política norte americana ao estabelecer uma nova abordagem, empiricamente embasada e inclinada a estudos comparados, continuaram a ter desdobramentos na literatura sobre organizações partidárias ao redor do mundo, principalmente em estudos dedicados a analisar o desenvolvimento das organizações partidárias na América Latina e no Leste Europeu.

Nas palavras de uma das principais pesquisadoras das organizações partidárias, quanto mais forte for a organização partidária, mais valioso é o ativo eleitoral do partido para os legisladores individualmente (Tavits, 2012). No caso desse estudo sobre organizações partidárias e desempenho eleitoral em democracias pós comunistas do Leste Europeu, há uma opção declarada da autora ao referir-se à força organizacional especificamente em termos de estrutura (nº de filiados, rede de filiais e presença local do partido), evitando “esticar o conceito para cobrir dimensões organizacionais (como desempenho partidário, orientação para questões, gastos partidários, coerência ideológica e representação programática)” (Tavits, 2012, p. 412).

Três observações pertinentes podem ser concluídas a partir da opção feita por Margit Tavits: primeiramente, com base no que foi discutido até aqui, é possível

notar que há um imbróglio terminológico derivado do fato de “força organizacional”¹¹ referir-se também à estrutura partidária; conseqüentemente, pode-se destacar que a estrutura deve ser compreendida como um dos componentes da organização partidária, sendo que, esta última, por sua vez, acaba por abarcar outros processos que permeiam e vão muito além da estrutura; por conseguinte, a de que é possível analisar a organização partidária tendo como objeto de análise a sua estrutura, desde que não se esqueça que a organização partidária é um sistema complexo de processos e que não pode ser reduzida a uma única variável (estrutura), sob o risco de incorrer nas mesmas generalidades dedutivas dos modelos partidários.

Partindo do Leste Europeu para a América Latina, os estudiosos dos partidos políticos debruçaram-se na análise formal e informal das organizações partidárias¹². No que se refere a análise das estruturas partidárias, foi possível identificar a importância e serventia destas como ponta de lança da tão esperada democratização na região (Sáez & Freidenberg, 2000), enquanto que análises sobre a organização partidária formal, especificamente sobre sua composição, indicam que a presença de parlamentares em órgãos dirigentes pode ser um valioso artifício para gerar a coesão partidária necessária em ambientes desafiadores e pouco institucionalizados (van Biezen, 2000).

Em síntese, do ponto de vista teórico, a grande contribuição dos estudos latino-americanos é desenvolver uma profícua discussão sobre a face informal dos partidos políticos, enquanto que, do ponto de vista conceitual e metodológico, como desdobramento dessa mesma discussão, tem-se como resultado um esforço em delimitar e operacionalizar o conceito de estrutura partidária reduzindo-o a três variáveis: filiação, staff profissional e estruturas locais (Cyr, 2012; Petrova, 2020). Os partidos latino-americanos são fortemente marcados pela presença de instituições informais que, em muitas das vezes, podem assumir a forma de estruturas ou organizações informais do partido. Portanto, neste caso, o termo “estruturas locais” se torna mais apropriado para delimitar a presença de um partido político numa dada

¹¹ Segundo Bolognesi (2020), na literatura sobre partidos políticos, força organizacional, ossatura partidária e infraestrutura partidária são algumas formas terminologicamente diferentes para se referir ao conceito de estrutura partidária.

¹² Para ver mais sobre instituições informais em partidos latino-americanos, ler Helmke & Levitsky (2006), Freidenberg & Levitsky (2007) e Levitsky *et al.* (2015)

localidade do que “filiais locais”, uma vez que, ainda que um partido não conte com uma estrutura ou organização formal, ele pode se fazer presente por intermédio de alguma estrutura ou organização informal.

Seguindo o processo acumulativo de teoria e literatura, Scarrow *et al.* (2017) propuseram uma reflexão teórica pertinente: tomar cautelosamente os modelos partidários clássicos como hipóteses que devem ser testadas à luz do acúmulo dos dados, de pesquisas empíricas e de estudos comparados sobre organizações partidárias, ao invés de simplesmente toma-los como “declarações legais que valem a pena serem mantidas, mesmo quando se mostram pouco relacionadas às circunstâncias reais dos partidos” (Scarrow & Webb, 2017, p. 6). Esta perspectiva abre possibilidade para uma nova agenda de pesquisa dedicada a mesclar os modelos partidários que dominaram o *mainstream* da análise partidária, com a abordagem empírica e comparativa que fora desenvolvida paralelamente.

Ao dispensar a criação de novos rótulos partidários ou mapas tipicamente ideais e não falsificáveis, Scarrow & Webb (2017) propõem um estudo das organizações partidárias inclinado ao teste sistemático de teorias mais modestas e de médio alcance. Para tanto, o *framework* conceitual e metodológico desenvolvido para esta tarefa é mais complexo, o que proporciona um ganho de detalhamento ao aumentar a capacidade de apuração, podendo ser considerado sobressalente em relação aos demais por propor uma análise tridimensional das organizações partidárias ao dividir o escopo de análise em três dimensões: estruturas (autonomia da liderança; centralização; coordenação; distribuição territorial), recursos (orçamento; fonte de recursos; financiamento estatal; staff; filiados) e estratégias representativas (vínculo individual; vínculo de grupo).

Por conseguinte, como desdobramento deste framework, foi elaborado o *Party Strenght Index* (PSI) tendo como objetivo a avaliação e a mensuração da força das organizações partidárias, cujo o foco de análise se restringe à dimensão dos “recursos partidários” (Webb & Keith, 2017). Para refinar a operacionalização da dimensão os autores optaram por reduzir o indicador à quatro variáveis: (1) membros filiados; (2) dinheiro; (3) funcionários, e; (4) filiais locais do partido. Nota-se que todas as variáveis presentes aqui coincidem com a redução de estrutura partidária proposta por Tavits (2012; 2013) e Cyr (2012) em análise das organizações partidárias no Leste Europeu e na América Latina.

O Quadro 1 é uma tentativa de sintetizar, exemplificar e organizar a evolução do estudo comparado de organizações partidárias.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS DE MENSURAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS

Autor	Ano	Nome	Dimensões	Variáveis
Janda	1980; 1983	-	Grau de organização	<i>Articulação estrutural; Intensividade da organização; Extensividade da organização; Frequência de reuniões locais; Frequência das reuniões nacionais; Manutenção de registros; Penetração da organização.</i>
			Centralização de poder	<i>Nacionalização da estrutura; Seleção do líder nacional; Seleção de candidatos parlamentares; Alocação de fundos; Formulação de políticas; Controle das comunicações; Administração da disciplina; Concentração da liderança.</i>
			Coerência	<i>Coesão legislativa; Faccionalismo ideológico; Problemas de faccionalismo; Faccionalismo de liderança; Faccionalismo estratégico ou tático; Expulsões do partido.</i>
Appleton & Ward	1995	<i>POS – Party Organizational Strength</i>	Envolvimento	<i>Requisitos de filiação; Participação dos filiados; Incentivos materiais; Incentivos objetivos; Doutrinismo; Personalismo.</i>
			Complexidade organizacional	<i>Acessibilidade da sede do partido; Divisão do trabalho; Orçamento do partido; Profissionalização da liderança.</i>
			Capacidade programática	<i>Apoio institucional; Atividade ao candidato.</i>
Fabre	2011	-	Envolvimento de filiais regionais no partido central	<i>Seleção de liderança partidária; Representação regional no partido nacional; Seleção de candidatos para eleições regionais; adoção de estatutos ou manifestos regionais; Capacidade de alterar a constituição do partido regional.</i>
			Autonomia dos partidos locais frente aos	<i>Organização da filial partidária regional; Seleção de lideranças regionais; Seleção de candidatos para eleições regionais;</i>

			partidos regionais	<i>Adoção de programas e manifestos próprios para as eleições regionais; Financiamento da filial regional.</i>
Scarrow & Webb	2017	-	Estruturas ¹³	<i>Autonomia da liderança; Centralização; Coordenação; Distribuição territorial.</i>
			Recursos	<i>Orçamento; Fonte de recursos; Financiamento estatal; Staff; Filiados.</i>
			Estratégias representativas	<i>Vínculo individual; Vínculo de grupo.</i>
Webb & Keith	2017	PSI – Party Strength Index	Estrutura partidária	<i>Tipo 1 – Orçamento; Staff; Filiais locais; Filiados.</i>
				<i>Tipo 2 – Orçamento; Filiados.</i>

Fonte: o autor com base em Janda (1980; 1983); Applenton & Ward (1995); Fabre (2011); Scarrow & Webb (2017); Webb & Keith (2017).

Com o acúmulo de literatura, essas investigações que buscaram analisar o impacto das diferenças organizacionais têm como aspecto positivo apontar que, diferentemente do que poderia ser analisado pelos modelos partidários clássicos, há uma abundante diversidade organizacional entre os partidos políticos mundo afora (Scarrow & Webb, 2017). Como fruto dessa diversidade também abundam problemas de ordem prática, como, por exemplo, referente a quantidade, a qualidade e o acesso aos dados, muitas vezes incompletos ou limitados para a construção de indicadores robustos de organização partidária¹⁴ (Applenton & Ward, 1995; Fabre, 2011; Webb & Keith, 2017). A questão da qualidade e do acesso dos dados se torna ainda mais acentuada quando confrontada pela diversidade de *frameworks* disponíveis para

¹³ Apesar da tradução resultar em “*Estruturas*”, as variáveis presentes na dimensão proposta por Scarrow & Webb se referem à organização partidária, mais especificamente sobre processos de tomada de decisão da liderança partidária, ou seja, em *como* está estruturado e organizado o partido e suas lideranças. As variáveis referentes ao conceito de estrutura partidária estão contempladas na dimensão “*Recursos*”.

¹⁴ São inúmeros os trabalhos que alertam para os problemas, limitações e *trade-offs* relativos à fonte de dados. Além do impasse sobre usar ou não informações fornecidas diretamente pelas organizações partidárias, uma vez que os partidos variam de acordo com sua capacidade e disponibilidade de manter e conceder acesso ao seu acervo de informações, também há uma questão teórica sobre o assunto. Panebianco (2005) argumenta que os estatutos e regras formais dos partidos não passam de pálidos vestígios do que a organização realmente é, ou de como ela realmente opera, podendo ser abordado sob a perspectiva de um “ponto de partida” para a análise das organizações partidárias. No entanto, nesse momento, essa é uma discussão secundária em relação ao problema de pesquisa a ser resolvido aqui.

mensurar organizações partidárias¹⁵. No entanto, apesar dos problemas e desafios identificados, o acúmulo de literatura e a revisão elaborada até aqui é suficiente para esboçar uma resposta ao problema conceitual central: o que é organização partidária e o que é estrutura partidária?

2.2.3 Organização e estrutura partidária: o que são e como se relacionam

A tentativa de encaixar quadrados em círculos gerou a elasticidade conceitual dos modelos partidários clássicos que, aliada à sua natureza ambientalmente determinística, acabou por acentuar a confusão terminológica e conceitual entre estrutura e organização partidária. Se o ambiente é o fator determinante, logo a organização ou a estrutura partidária tem baixa importância nesse modelo analítico, sendo apenas uma resposta ao desafio ambiental exigido. Essa estrutura analítica acinzentou e relegou a um segundo plano a precisão conceitual de ambos os conceitos.

O pioneirismo de Kenneth Janda e da Ciência Política norte americana ao propor um segundo modelo analítico, partindo do pressuposto da relação permeável com o ambiente ao invés de determinista e fortemente ancorado em análises empíricas ao invés de dedutivas, abriu caminhos e possibilidades para estudos partidários comparados. É graças a esse acúmulo de literatura teórica e empírica que se tornou possível distinguir conceitos que até então eram tratados como congêneres. É a comparação que torna possível identificar as diferenças.

No entanto, “*the road so far*” nos leva inicialmente a mesma conclusão de Borz & Janda (2018), segundo os quais a literatura não oferece uma definição clara, categórica e definitiva do que de fato podemos considerar organização partidária¹⁶. Porém, a literatura nos proporciona o entendimento comum de que a organização partidária enquanto conceito vai de um ponto a outro, ou seja: ela cobre a estrutura organizacional de um partido político até a alta liderança e as relações de poder entre

¹⁵ Apenas nesta revisão narrativa são exemplos: Janda (1980; 1983), Appleton & Ward (1995), Sáez & Freidenberg (2000), Fabre (2011), Tavits (2012; 2013), Wills-Otero (2016), Scarrow *et al.* (2017) e Webb & Keith (2017).

¹⁶ Gabriela Borz e Kenneth Janda escrevem em 2018, no entanto, cabe a mim ressaltar aqui que Bolognesi (2020) foge à regra ao propor uma definição mais elaborada.

elas e as estruturas. Ao delimitarmos esta abrangência e em posse da revisão desenvolvida até aqui, é possível esboçar uma resposta ao primeiro problema de pesquisa: o que é estrutura e o que é organização partidária?

O conceito de estrutura partidária pode ser delimitado em termos de recursos: filiados, funcionários, orçamento e filiais locais¹⁷ (Cyr, 2012; Tavits 2012, 2013; Webb & Keith, 2017; Bolognesi, 2020) os quais constituem as bases materiais onde o partido está assentado, podendo ser considerada a face palpável e mais facilmente mensurável quantitativamente de um partido político. No entanto, aqui cabe uma ressalva pois, embora estes recursos sejam recorrentemente utilizados como variáveis de força organizacional, em estudos comparados como os de Cyr (2012), Tavits (2012; 2013) e Webb & Keith (2017), eles não podem ser traduzidos ou conceituados em termos de poder¹⁸. Consequentemente, quaisquer deduções acerca do exercício do poder partidário¹⁹ a partir de dados estritamente relacionados à estrutura partidária vai incorrer no mesmo problema de supervalorização de um único critério partidário incapaz de explicar a complexidade do problema a que se propõe resolver.

Estando a estrutura partidária delimitada, resta estabelecer a estrutura e seus recursos como parte indissociável e interdependente da organização partidária, uma vez que a primeira é apenas um dos elementos que a compõe. A organização partidária pode ser entendida em termos de processos e suas complexidades indo além dos recursos e da estrutura partidária. Ela contempla as regras (formais e informais), ritos e procedimentos que sedimentam e unem materialmente essa estrutura às demais faces de um partido político (líderes partidários, parlamentares, ocupantes de cargos públicos), como, por exemplo: estatuto partidário, demais regras formais e informais, hierarquia e processos decisórios: o que, onde, como, quando e por quem é decidido (Schlesinger, 1984; Appleton & Ward, 1995; Panebianco, 2005; Bolognesi, 2020).

¹⁷ No caso brasileiro, as filiais locais de um partido político funcionam na forma de comissões interventoras, comissões provisórias ou diretórios, em diferentes níveis: zonal, regional, municipal, estadual e nacional.

¹⁸ Discussões clássicas sobre o conceito e as formas de poder podem ser encontradas em Weber (1999) e Bachrach & Baratz (1962).

¹⁹ Para uma discussão acerca da estrutura de poder e os tipos de poderes partidários: individualista, estratégico, burocrático, constitutivo e disciplinar, ver Rye (2014).

Com base na literatura analisada e na conceituação desenvolvida, é possível distinguir estrutura e organização partidária utilizando alguns critérios e variáveis analíticas correspondentes a cada um dos conceitos. O Quadro 2 é uma tentativa de organizar esses critérios discriminados por conceito. Embora seja possível reconhecer que esteja a contento em relação aos critérios e variáveis de estrutura partidária, é preciso ressaltar que os critérios e variáveis de organização partidária são muito difusos e diversos, conforme a literatura analisada nos apresentou, e aqui se trata apenas uma tentativa de diferencia-las.

QUADRO 2 – CRITÉRIOS DE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Estrutura Partidária	Organização Partidária
Nº de filiais locais	Estatuto
Nº de funcionários (<i>Staff</i>)	Regras formais e informais
Nº de filiados	Processo decisório
Orçamento	Hierarquia e divisão de trabalho

Fonte: o autor.

Como se pode observar no Quadro 2, todos esses indicadores de estrutura e organização partidária se correlacionam e são interdependentes. Enquanto a estrutura está delimitada em termos de ativos à disposição do partido ou sob os quais o partido encontra-se assentado, a organização envolve as relações e a distribuição de poder sob esses ativos.

Elaborada a distinção entre o que é estrutura e o que é organização num partido político, resta responder ao segundo problema de pesquisa: como estrutura e organização partidária se relacionam? Se estrutura pode ser delimitada em termos de recursos partidários, e sendo uma parte componente e interdependente da organização partidária, é preciso conceber e considerar outras faces do partido político que integram a organização além da estrutura, como, por exemplo, suas instâncias e órgãos dirigentes, o partido em cargos públicos e no parlamento.

A organização partidária se manifesta e envolve todas essas faces do partido, englobando esses componentes ao mesmo tempo em que pode ser definida como o conjunto de procedimentos, regras formais (estatuto partidário) e informais (hábitos e rotinas praticadas e legitimadas entre os atores políticos) que aglutinam e sedimentam estas faces num partido político. A organização é dinâmica e qualitativa enquanto a estrutura se limita aos recursos quantitativos. A organização diz respeito a quem utiliza

esses recursos, como utiliza, quando utiliza, porque utiliza e de que forma busca utilizar. Uma tentativa de ilustrar essa relação pode ser descrita pela Quadro 3.

QUADRO 3 - RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Estrutura	Organização
Filiais locais	Quem e como se escolhe a liderança e o tipo de filial local? Quem e como se define onde o partido se fará presente por intermédio de uma filial local?
Staff	Quem e como se define o número de funcionários, profissionais e sua respectiva divisão de trabalho?
Filiados	Quem e como se define o papel e a atuação dos filiados? Quem e como se define a existência ou não de restrições à filiação partidária?
Orçamento	Quem e como se define as fontes orçamentárias? Quem e como se define a distribuição dos recursos financeiros entre os órgãos partidários? Quem e como se gasta os recursos financeiros do partido?

Fonte: o autor.

É preciso reafirmar que o objetivo desta revisão fundamentalmente é, tal qual o Quadro 3, estabelecer a diferença entre estrutura (o que e quanto) e organização (quem e como). Ainda que isso permita tatear a relação entre organização e estrutura, este não é o objetivo primordial deste trabalho, até por que, para analisar a contento esta relação seriam necessários dados que não estão disponíveis para esta pesquisa.

Por fim, pode-se concluir que o estudo de um partido político como organização afiliada envolve muito mais do que a análise de variáveis estruturais. Conforme a argumentação de Sáez & Freidenberg (2000), a análise de um partido político enquanto organização vai além de filiados, *staff*, montante orçamentário e escritórios locais, exige também perguntar onde, como e por quem as decisões importantes do partido são tomadas. Analisar a estrutura de um partido desconsiderando os processos que permeiam e regem seu funcionamento é possível, tal qual o feito por Margit Tavits. O que não se deve fazer é, a partir de uma análise quantitativa e meramente estrutural de um partido político, inferir deduções qualitativas sobre processos organizacionais ou relações de poder. Em suma: não se deve querer explicar processos dinâmicos a partir de critérios e variáveis sólidas e estáticas.

2.3 O *PARTY STRENGTH INDEX*: COMPARANDO ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS

A forma mais robusta e completa de elaborar o Índice de Força Partidária (PSI), em tese, seria a soma da média ponderada obtida entre quatro variáveis: renda, filiados, staff e unidades locais dos partidos políticos. No entanto, a dificuldade de encontrar e analisar dados sobre as equipes profissionais e as unidades locais dos partidos se apresenta como uma dificuldade intransponível para comparações de larga escala (Webb & Keith, 2017).

Como já dito anteriormente, o problema da indisponibilidade dos dados é um fato concreto, podendo ser considerado o principal desafio dos pesquisadores da área. No entanto, com o intuito de superar essa dificuldade e, sem perder de vista a capacidade de mensurar minimamente a força dos partidos políticos sob a ótica de suas estruturas, coube aos autores a alternativa de simplificar o índice em termos de dois recursos e variáveis: renda e filiados do partido (Webb & Keith, 2017). Como resultado, constata-se que, do ponto de vista metodológico, ao confrontar o problema prático de indisponibilidade de dados completos e confiáveis sobre as filiais locais e o número de funcionários dos partidos em diversos países analisados, a opção por reduzir a dimensão “recursos partidários” e o índice à duas variáveis torna-o mais simples, intuitivo, e com maior replicabilidade entre os casos estudados comparativamente.

Desta forma, segundo Webb & Keith (2017), o *Party Strength Index* (PSI) é representado por uma equação que se estrutura a partir da “soma do *z-score* padronizado do rácio de filiados/eleitorado e renda/eleitorado de cada partido²⁰” (p. 50), de forma que a distribuição para cada um desses componentes tem “uma média de zero e um desvio padrão de um, de modo que eles partilham escalas comuns e podem ser facilmente somados²¹” (p.50). Portanto, o PSI é um índice que permite a comparação relativa entre partidos de uma mesma amostragem, de tal forma que as posições e o ranqueamento dos partidos não são absolutos, mas sim dependentes e relativos à amostra geral.

Quanto aos resultados obtidos a partir da aplicação do PSI, à luz dos dados disponíveis pelo *Political Party Database* (PPDB), foi possível identificar que as

²⁰ Tradução do autor.

²¹ Idem.

diferenças entre organizações partidárias são muito mais consistentes entre os países analisados do que, por exemplo, quando comparados pela família ideológica dos partidos (Webb & Keith, 2017). Tal achado confirma que, de fato, a relação entre família partidária e organização partidária não é significativa (Thorlakson, 2009). Ou seja, partidos de direita ou de esquerda quando comparados internacionalmente por grupo ideológico não compartilham semelhanças significativas quanto à organização partidária.

No entanto, diante da descoberta de que os partidos guardam maiores semelhanças quanto à sua estrutura quando sujeitos a um mesmo conjunto de regras de determinado país, é possível conceber a hipótese de que partidos de diferentes famílias ideológicas conservam mais semelhanças entre si quando analisados sob as mesmas regras e instituições. Partidos de esquerda e direita de um mesmo país são mais semelhantes entre si, do ponto de vista estrutural e organizacional, do que partidos de esquerda (ou direita) enquanto família ideológica supranacional. Em resumo, a diferença entre países se apresenta como mais significativa do que a diferença entre famílias ideológicas dos partidos políticos.

Em outro trabalho, Ribeiro & Locatelli (2019)²² utilizam os dados disponíveis pelo PPDB e aplicam o Índice de Força Partidária para analisar a diferença entre partidos de novas e velhas democracias, incluindo uma amostra de partidos brasileiros à análise. O resultado aponta que a variável tempo impacta positivamente no desenvolvimento organizacional e na força da estrutura partidária (Ribeiro & Locatelli, 2019). Os principais ganhos deste trabalho são dois: primeiramente, aplicar a variável tempo por meio da idade da democracia como explicação do desenvolvimento das estruturas partidárias; ao passo que, ao trazer à tona a “viabilidade e a importância da adoção de perspectivas transregionais no estudo das organizações partidárias na América Latina²³” (p. 222), contribui significativamente para dirimir o insulamento em que se encontram os estudos partidários brasileiros, inserindo o Brasil e seus respectivos partidos políticos em amostras e comparações transnacionais. Contudo, o ápice da conclusão dos autores é afirmar que os resultados obtidos por eles

²²“*Time after time: party organizational strength in new and old democracies*”. Revista Opinião Pública, volume 25, nº 1, 2019.

²³ Tradução do autor.

“desafiam as suposições sobre a excepcional fraqueza das organizações partidárias na região²⁴” (p. 223).

Há duas limitações que enfraquecem a afirmação dos autores. Primeiramente, é preciso ressaltar um problema na agregação dos dados, uma vez que até mesmo no próprio resultado dos autores há uma distância considerável entre o PSI obtido pelos partidos mexicanos em relação aos obtidos por partidos chilenos e brasileiros, fazendo com que, no agregado, os partidos mexicanos superestimem a afirmação que não se aplica aos partidos chilenos e brasileiros. Por conseguinte, os autores optaram por trabalhar com uma amostra reduzida, contemplando apenas os dez partidos brasileiros que, não por um acaso, estão entre os maiores partidos em número de filiados e renda. Esse recorte de objeto representa menos que 30% dos partidos políticos do país, além de ser uma amostra que contém o vício de contemplar apenas as organizações mais fortes, não sendo possível fazer qualquer aferição ou afirmação acerca da força ou fraqueza do sistema multipartidário brasileiro como um todo a partir de tal amostra reduzida.

2.4 POR QUE ESTUDAR ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS?

“Por que, então, os políticos se afiliam mais a partidos importantes hoje, se precisam menos deles? Presumivelmente, eles não precisam menos deles, independentemente do declínio do partido e das eleições centradas no candidato”²⁵. (Aldrich, 1995, pg. 52) Esta provocação é perfeita para introduzir, à despeito dos percalços citados, a importância das estruturas partidárias, bem como de seu estudo sistemático e comparativo.

Se por um lado, o constatável declínio nas taxas de filiação aos partidos políticos e as constantes crises de representação das quais os partidos são alvos de críticas podem nos levar, equivocadamente, é claro, a cogitar a possibilidade dos partidos políticos serem obsoletos ou ultrapassados, por outro, não nos faltam exemplos de como os partidos ainda exercem tamanha importância para o bom andamento dos sistemas democráticos, grande parte disso se deve à característica

²⁴ Idem.

²⁵ Tradução do autor.

única e excepcional dos partidos políticos: o monopólio da representação política institucional.

Algumas pesquisas se propuseram a analisar o impacto da organização partidária, mais especificamente o impacto da estrutura ou dos recursos à disposição do partido, no desempenho eleitoral da agremiação ou dos parlamentares individualmente. Partindo do pressuposto de que os políticos responderão às suas demandas eleitorais e que a organização partidária os ajudam e os estimulam na realização desse objetivo (Schlesinger, 1984), as características internas das organizações partidárias acabam por ter peso em seu desempenho eleitoral (Tavits, 2013; Wills-Otero, 2016; Webb & Keith, 2017).

Em especial, filiados partidários, staff burocrático profissional, filiais locais e o uso do orçamento partidário para o financiamento de campanhas eleitorais, são ativos importantes e inestimáveis para a eleições de candidatos desprovidos de tais recursos, sem os quais, seria praticamente inviável a candidatura e a eleição destes. Como consequência, todo esse capital político e eleitoral a serviço do candidato tem como contrapartida uma contribuição significativa para a organização do partido no parlamento, uma vez que acaba por favorecer a unidade e a disciplina do partido (Tavits, 2012). Em suma, partidos estruturalmente fortes, com condições reais de contribuir efetivamente para a eleição de seus candidatos, tendem a se beneficiar de uma maior disciplina e lealdade por parte dos parlamentares, tornando a face parlamentar do partido mais unida e coesa.

As estruturas partidárias também são pilares do desenvolvimento democrático e fundamentais para a consolidação de novas democracias, especialmente em democracias incipientes impulsionadas pela terceira onda democrática, seja em países da América Latina (Sáez & Freidenberg 2000), seja em países da Europa Meridional (van Biezen, 2003) ou do Leste Europeu (van Biezen, 2003; Tavits, 2012; 2013). O que há em comum entre todos os casos das democracias de terceira onda é o fato de que as estruturas partidárias funcionam como filtros, tanto no recrutamento quanto na formação e seleção de candidaturas, bem como também exercem um papel primordial na formação política e democrática, preparando quadros, formando militantes e organizando o debate público até então inexistente ou suprimido por regimes autoritários ou ditatoriais.

Mesmo diante de baixos números de adesão partidária, os filiados ainda constituem um valioso capital ao partido político ao servirem como um canal direto de comunicação com o eleitorado e, a depender do contexto e das regras de financiamento às quais o partido pode estar submetido, os filiados podem ser uma considerável fonte de recurso financeiro. Por fim, as estruturas partidárias impactam positivamente o exercício democrático e a satisfação geral com a democracia, bem como também exercem efeitos sobre a percepção e a interação dos cidadãos com a política (Webb et al., 2019). Segundo os autores, “partidos com bons recursos não estão apenas em melhor posição para sustentar o apoio eleitoral, mas também para aumentar a legitimidade popular dos sistemas democráticos²⁶” (p. 16), na medida em eles oferecem uma visão importante sobre o poder e as organizações, passam a ser essenciais para a compreensão de como conquistar e manter o apoio e o consentimento dos cidadãos em relação aos próprios partidos, bem como também em relação à própria democracia.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A realização da presente pesquisa advém, primordialmente, do desenvolvimento de um banco de dados construído e adaptado com base em outros dois bancos de dados sobre partidos políticos: o *Political Party Database Project* (PPDB) e o banco de dados desenvolvido e disponibilizado pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários da Universidade Federal do Paraná (LAPeS-UFPR).

A grosso modo, o volume do material analisado, se comparado ao trabalho pregresso de Ribeiro & Locatelli (2019), estendesse consideravelmente ao acrescentar todos os demais 25 partidos brasileiros, bem como também dados de quatro partidos japoneses (Partido Social Democrata, Partido Comunista Japonês, Partido Democrático do Japão e Partido Democrático Liberal do Japão) e dois partidos romenos (Partido Conservador e Partido Liberal Nacional) à amostra. A inclusão de uma democracia asiática e mais uma do leste europeu, cuja experiência democrática

²⁶ Tradução do autor.

se deu pós anos 80 com o fim do regime soviético, serve ao objetivo de ampliar a comparação transnacional.

Em relação aos métodos, emprega-se estatística descritiva para analisar os dados obtidos pelo cálculo do PSI, bem como para comparar os resultados entre partidos e países contemplados na amostra. Subsequentemente, para maior detalhamento acerca dos materiais e métodos empregados, o presente capítulo se divide em dois blocos: o primeiro, dedicado a esmiuçar o PSI, sua elaboração e a relevância da abordagem do z-score padronizado para esta pesquisa; o segundo, detalha as limitações inerentes à construção do banco de dados.

3.1 A APLICAÇÃO DO PSI E A RELEVÂNCIA DO Z-SCORE

Como já dito anteriormente sobre o PSI, segundo Webb & Keith (2017), trata-se de um índice desenvolvido a partir da “soma do z-score padronizado do rácio de filiados/eleitorado e renda/eleitorado de cada partido” (p. 50) que permite a comparação relativa entre partidos de uma mesma amostragem, de tal forma que as posições e o ranqueamento dos partidos não são absolutos, mas sim dependentes entre si e relativos à amostra geral.

O PSI é construído em 3 etapas: 1) calcula-se o rácio entre membresia/eleitorado e orçamento/eleitorado de cada partido político da amostra; 2) calcula-se a média e o desvio padrão de cada conjunto de rácios; 3) desenvolve-se o z-score da membresia ([rácio de membresia e eleitorado do partido menos o valor da média do rácio de eleitorado] dividido pelo desvio padrão) e o z-score do orçamento ([rácio de orçamento e eleitorado do partido menos o valor da média do rácio de orçamentos] dividido pelo desvio padrão), obtendo assim dois valores ponderados para que, enfim; 4) da soma desses dois valores se obtenha um valor individual capaz de revelar o contraste entre a força ou fraqueza desse partido político em relação à amostra.

Acerca da utilização da abordagem de z-score, ou pontuações Z, segundo o Data Science (2020), pode-se defini-lo resumidamente como o número de desvios padrão em relação à média de pontos de um determinado conjunto de informações. Nesse sentido, o z-score é uma abordagem empregada para avaliar resultados de um teste que contenham uma população comum, no caso em questão, trata-se dos

partidos que compõem o banco de dados. Estatisticamente falando, o papel e a relevância do z-score para a construção do índice podem ser compreendidos pela padronização da amostra e, conseqüentemente, poder proporcionar a avaliação e o contraste de cada valor obtido individualmente em relação à média da amostra. Em suma: é esta abordagem que permite a comparação relativa entre o que é um partido forte e um partido fraco no universo analisado.

3.2 SOBRE O BANCO DE DADOS: LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES

Ao todo, constam no banco de dados 162 partidos políticos de 24 países diferentes com ao menos um representado de cada continente, sendo eles: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Dinamarca, Espanha, Holanda, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, México, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Suécia, Reino Unido e República Tcheca. O continente africano é uma exceção devido à escassez e indisponibilidade de informações acerca dos partidos dessa região. Os dados referentes aos partidos brasileiros são do ano de 2015, oriundos de um banco de dados desenvolvido e disponibilizado pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários da Universidade Federal do Paraná (LAPeS-UFPR), enquanto que, por outro lado, os dados de todos os demais partidos e países são oriundos do *Political Party Database Project* (PPDB), cuja a coleta dos dados varia entre os anos de 2010 e 2016.

O banco de dados desenvolvido para essa pesquisa é o resultado da junção, adaptação e melhoramento desses dois outros bancos de dados e, conseqüentemente, herda pra si as limitações e as possibilidades que ambos os bancos proporcionam, especialmente em relação ao PPDB, por se tratar de um esforço coletivo de longo prazo e coordenado internacionalmente por pesquisadores de diferentes países, é preciso considerar as limitações explícitas e implícitas relacionadas à coleta e ao processamento de informações identificadas no decorrer da construção do novo banco de dados. Enquanto o banco de dados elaborado pelo LAPeS abarcou todos os partidos políticos brasileiros indiscriminadamente e com superior detalhamento em relação aos dados sobre filiados, orçamento e estruturas locais, no PPDB, à primeira vista, destaca-se a ausência de um critério de seleção

norteador para a escolha dos partidos a serem pesquisados e contemplados no banco de dados.

A falta desse critério metodológico chama ainda mais a atenção quando se constata, por exemplo, que apenas dois partidos franceses (Partido Socialista e União por um Movimento Popular)²⁷ e dois partidos romenos (Partido Liberal Nacional e Partido Conservador)²⁸ são contemplados frente a onze partidos belgas e nove partidos neerlandeses no conjunto da amostra. Uma vez que o banco de dados conta com uma média de 6,75 partidos por país se considerarmos os 35 partidos brasileiros, e 5,52 partidos por país se excluirmos o Brasil. No entanto, é preciso considerar dois fatos. As instituições ou órgãos responsáveis pelo registro, arquivo e disponibilização dos dados partidários (isso quando tais entidades existem, é claro) variam muito de país pra país, sendo que, em muitas das vezes, na ausência ou na ineficiência desses órgãos, as informações disponíveis para coleta são fornecidas pelos próprios partidos políticos (quando estes as têm e aceitam disponibiliza-las, também, é claro)²⁹. Estes são prováveis desafios que cada pesquisador responsável individualmente por um único país da amostra enfrentou. Infelizmente, como é de costume, a construção e a coleta do PPDB não fogem à regra: se faltam notas metodológicas acerca do critério de seleção e exclusão dos partidos políticos, logicamente faltarão registros sobre os percalços e limitações encontrados no decorrer do processo de montagem do banco.

Uma alternativa para averiguar quão completos são os dados partidários de cada país é sopesar as bancadas partidárias, ou seja, constatar qual o percentual de representação institucional que os partidos contemplados desfrutam em seus respectivos países. Trata-se de um cálculo simples ao obter o número de assentos da

²⁷ Segundo o *Election Guide* of International Foundation for Electoral Systems (IFES), nas eleições de junho de 2012 o parlamento francês era representado por sete diferentes partidos, dentre tantos outros elegíveis para o pleito, sendo justamente o PS e a UMP os principais e mais fortes concorrentes do certame.

²⁸ Segundo o *Election Guide* of International Foundation for Electoral Systems (IFES), nas eleições de novembro de 2016 o parlamento romeno era representado por seis partidos políticos, dentre eles, o PNL (2ª maior bancada) e a Alliance of Liberals and Democrats (ALDE – 5ª maior bancada), partido fundado em 2015 por quadros e filiados egressos do antigo PC, dissolvido no ano de 2015. O PNL é o principal partido de direita do país e rivaliza com o Social Democratic Party of Romania (PSD - 1ª maior bancada), sendo ambos os principais partidos da Romênia, no entanto, infelizmente, o PSD não consta na amostra.

²⁹ Margit Tavits nos oferece um relato interessante sobre esses percalços de pesquisa, bem como o alto nível de esforços e recursos empregados para contornar tais dificuldades, em seu livro *“Post-Communist Democracies and Party Organization”*, publicado pela Cambridge no ano de 2013.

câmara baixa e dividi-lo pela soma das bancadas dos partidos políticos presentes na amostra, tal qual a representação detalhada da Tabela 1.

TABELA 1 – PERCENTUAL DA BANCADA PARTIDÁRIA CONTEMPLADA POR PAÍS.

País	Nº Partidos	Assentos	% Bancada	Ano
Alemanha	7	630	100%	2013
Portugal	6	230	100%	2011
Dinamarca	8	175	100%	2011
Brasil	35	513	100%	2015
Canadá	5	308	100%	2011
Hungria	4	265	100%	2010
Polônia	5	460	100%	2011
Noruega	7	169	99%	2013
Bélgica	11	150	98%	2014
Reino Unido	6	650	97%	2010
Espanha	5	350	94%	2011
Suécia	7	349	92%	2010
Áustria	5	183	91%	2013
Austrália	4	150	91%	2013
México	5	500	90%	2015
Irlanda	4	166	89%	2011
Holanda	9	150	89%	2012
Chile	5	120	89%	2018
França	2	577	82%	2012
Japão	4	475	81%	2014
Tchéquia	5	200	70%	2013
Itália	5	630	66%	2013
Israel	6	120	55%	2013
Romênia	2	315	36%	2012

Observa-se na Tabela 1 que, à exceção da Tchéquia, da Itália, de Israel e da Romênia, todos os demais países do banco de dados contam com a maioria dos seus partidos políticos relevantes representados na amostragem. Em outras palavras, considerando a realidade de que a indisponibilidade de dados é uma limitação imperativa e que costumeiramente se faz presente nesse tipo específico de coleta e pesquisa, é bem possível que o critério de seleção tenha se limitado aos países e partidos que continham informações disponíveis no período em que o PPDB foi desenvolvido. Como isso não está documentado, resta somente deduzir que a ausência de nota metodológica acerca do critério de seleção dos partidos políticos pode estar intimamente ligada ao problema conhecido e recorrente da indisponibilidade de dados, principalmente em relação aos quatro países que compõem a exceção.

O Quadro 4 apresenta a estrutura do banco de dados final, tendo o Partido Social Democrata Austríaco (SPÖ) como exemplo para demonstrar como estão

dispostos os dados sobre os partidos políticos, bem como as etapas dos cálculos necessários até obter o PSI:

QUADRO 4 – A ESTRUTURA DO BANCO DE DADOS³⁰

C ³¹	Informação / Variável	Exemplo	Descrição
A	Cód.	6	Código numérico da unidade de análise.
B	Ano	2013	Ano referência da inclusão do partido no Banco de Dados original (PPDB ou LAPeS).
C	Região	Europa Ocidental	Continente e região do país.
D	País	Áustria	País ao qual pertence o partido.
E	P. Dem.	1945	Ano que marca o início do período democrático vigente.
F	Idade Dem.	68 anos	Idade do período democrático.
G	Assentos	183	Nº de assentos da câmara baixa do país.
H	Sistema de Governo	Semi-Presidencialismo	Sistema de Governo adotado.
I	Família de Sistema Eleitoral	PR	Variável tridimensional, uma vez que os sistemas eleitorais podem ser: proporcionais, majoritários ou mistos.
J	Sistema Eleitoral para a Câmara Baixa	List PR	Sistema eleitoral adotado para a eleição de deputados. No caso, trata-se do sistema de representação proporcional de voto em lista.
K	Partido	Social Democratic Party	Nome do partido.
L	Sigla	SPÖ	Sigla partidária, se houver.
M	Ano F.	1888	Ano de fundação do partido.
N	Idade	125	Idade do partido político (calculada com base no ano da Coluna U = Filiados)
O	V/N Dem.	V	Variável bi condicional: V = Partido mais velho que o período democrático vigente / N = Partido fundado no período vigente.
P	T. Banc.	52	Tamanho da bancada partidária na Câmara.
Q	% Banc.	28%	Representação na Câmara em percentual
R	Ano B.	2013	Ano de referência para os dados sobre bancada partidária (Colunas P e Q).
S	Membresia	200.000	Nº de eleitores filiados, segundo o banco de dados (PPDB ou LAPeS).

³⁰ LEGENDA: Azul – Informações identificadoras da unidade de análise, variáveis sobre países e partidos. Amarelo – Dados sobre membresia partidária e eleitorado. Laranja – Dados sobre o orçamento partidário e conversão monetária. Verde – Valores para o cálculo do PSI.

³¹ Abreviação para “Coluna”.

T	% do Eleitorado filiado	3,13%	Membresia dividida pelo Eleitorado do país.
U	Filia. Ano	2013	Ano de referência sobre o dado de membresia.
V	Eleitorado	6.348.331	Nº de eleitores do país.
W	Eleit. Ano	2013	Ano de referência sobre o nº de eleitores do país.
X	Orçamento	€ 22.761.060,00	Montante em moeda nacional referente ao orçamento do partido no ano de exercício (PPDB ou LAPeS).
Y	Orça. Ano	2010	Ano de exercício referente ao orçamento do partido.
Z	Moeda Local	Euro	Moeda nacional do país.
AA	Dólar Americano	€ 1,00 = US\$ 0,87	Valor unitário da moeda nacional convertido em dólar americano.
AB	Data da Conversão	30/06/2010	Data escolhida para a conversão de moeda nacional para dólar americano (mesma data para todos os partidos e países, de acordo com o ano do dado coletado).
AC	Conversão em Dólares	US\$ 28.100.074,07	Resultado da conversão em dólar americano.
AD	M/E	0,0313	Membresia dividida pelo Eleitorado do país.
AE	O/E	4,4014	Montante orçamentário convertido em dólar americano dividido pelo Eleitorado do país.
AF	Z (Membresia)	1,9699	Z-Score resultado da Equação: ("M/E" – Média de todos os partidos) dividido pelo Desvio Padrão;
AG	Z (Orçamento)	2,4540	Z-Score resultado da Equação: ("O/E" – Média de todos os partidos) dividido pelo Desvio Padrão;
AH	PSI	4,42	Soma dos Z-Scores Membresia e Orçamento.

Fonte: o autor.

Vale salientar que “orçamento” é apenas uma forma de se referir ao montante de recursos financeiros obtidos pelos partidos políticos num determinado exercício, tal qual o valor apontado no banco de dados. Porém, os dados referentes aos orçamentos dos partidos políticos são coletados e disponibilizados em valores reais de suas respectivas moedas nacionais, fato que impõe três necessidades a serem superadas por opções metodológicas: converter os valores para uma única moeda, escolher qual a moeda ideal para esta conversão e, por fim, escolher qual a data ideal para operacionalizar esta conversão.

A opção de converter todos os valores para dólar americano é uma escolha discricionária cujo embasamento está respaldado nos seguintes argumentos: é uma

moeda exógena ao banco de dados, ou seja, não privilegia nenhum país em detrimento de outro e obriga a conversão de todos os valores indiscriminadamente, e, por fim, por tratar-se de uma moeda relativamente forte (em relação as demais do banco) e de circulação mundial. No que diz respeito à escolha da data de conversão, estabeleceu-se, discricionariamente, a data de 30 de junho do ano em que o dado foi coletado para todos os partidos, marco aproximado do meio do ano corrente.

Não obstante, dentre os pontos que merecem discussão sobre o Quadro 4, o mais sensível é a definição do ano que marca o período democrático vigente e, consequentemente, a idade da democracia de cada país. Tendo em conta que a democratização é um processo com algumas fases e marcos relevantes, torna-se necessário detalhar o caso de cada país, tal qual demonstra o Quadro 5.

QUADRO 5 – MARCO INICIAL DO PERÍODO DEMOCRÁTICO E IDADE DA DEMOCRACIA

País	Ano	Marco	Ano BD	Idade
Reino Unido	1801	Ato da união de 1800.	2012	211
Austrália	1900	Constituição da Comunidade da Austrália	2012	112
Dinamarca	1915	Ano do sufrágio universal (a ocupação nazista de 1940 não dissolveu o governo nem o exército dinamarquês).	2011	96
Suécia	1917	Instituição do parlamentarismo.	2011	94
Irlanda	1919	Criação da “Dáil Éireann” (Assembleia) e da República da Irlanda.	2012	93
Canadá	1931	Ampliação de sua autonomia proporcionada pelo Estatuto de Westminster de 1931.	2011	80
Áustria	1945	Primeira eleição pós-Segunda Guerra.	2013	68
Bélgica	1945	Primeira eleição pós-Segunda Guerra.	2012	67
França	1945	Primeira eleição pós-Segunda Guerra.	2012	67
Noruega	1945	Primeira eleição pós-Segunda Guerra.	2012	67
Itália	1946	Primeira eleição pós-Segunda Guerra.	2011	65
Japão	1947	Primeira eleição pós-Segunda Guerra.	2013	66
Holanda	1948	Primeira eleição pós-Segunda Guerra.	2011	63
Israel	1949	Primeira eleição do país.	2011	62
Alemanha	1949	Primeira eleição pós-Segunda Guerra.	2011	62
Portugal	1974	Revolução dos Cravos.	2011	37
México	1977	Reforma eleitoral de 1977.	2015	38
Espanha	1978	Nova constituição espanhola	2012	34
Brasil	1985	Início da Nova República e eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral.	2015	30
Hungria	1989	Revolução de 1989 – queda do regime comunista.	2011	22
Polônia	1989	Terceira República Polonesa.	2012	23
Romênia	1989	Revolução de 1989 – queda do regime comunista.	2015	26
Tchéquia	1989	Revolução de Veludo – Dissolução da Tchecoslováquia.	2012	23
Chile	1990	Primeira eleição pós-ditadura pinochetista.	2016	26

FONTE: O autor.

Os critérios aplicados para a definição do marco temporal podem ser classificados da seguinte forma: 1) constituições, reformas e atos emancipatórios (Reino Unido, Austrália, Dinamarca, Suécia, Irlanda, Canadá, México, Espanha e Polônia); 2) primeira eleição pós ocupação estrangeira (Áustria, Bélgica, França, Noruega, Itália, Japão, Holanda), pós fundação do país (Israel), ou pós-queda do regime ditatorial (Alemanha, Brasil e Chile), e; 3) revoluções (Portugal, Hungria, Romênia e Tchêquia). Tal qual observado por Ribeiro & Locatelli (2019), o cruzamento entre idade da democracia e idade do partido pode ser um preditor da força partidária estimada pelo PSI, em que partidos mais antigos e estabelecidos cujas estruturas partidárias antecederam ao período democrático vigente tendem a apresentar melhores resultados frente aos demais.

De acordo com a disposição do banco de dados é possível manusear a agregação de partidos políticos, países ou regiões a fim de se obter a força relativa dos partidos políticos de cada agrupamento. Isso abre a possibilidade de, por exemplo, mensurar a força relativa dos partidos políticos brasileiros entre si e, posteriormente, compara-las em relação aos demais partidos e países do banco de dados, consoante aos objetivos definidos nessa pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados estão estratificados da seguinte forma: a) PSI dos partidos políticos brasileiro; b) PSI aplicado aos partidos políticos dos 24 países presentes na amostra, e; c) uma análise comparada da média do PSI por país.

4.1 O PSI APLICADO AOS PARTIDOS BRASILEIROS

O PSI aplicado exclusivamente aos partidos políticos brasileiros permite analisar a força relativa entre eles e as diferenças internas do sistema multipartidário altamente fragmentado do país. De acordo com os dados levantados, também é possível acrescentar informações pertinentes sobre o percentual de eleitores filiados

aos partidos políticos, bem como o rácio de renda partidária pelo número de eleitores filiados. A Tabela 2 e o Gráfico 1 apresentam o PSI dos partidos brasileiros³²:

TABELA 2 – PSI: PARTIDOS BRASILEIROS

P. ³³	Partido	Bancada		Filiados	M/E	Renda	Orça/Memb.	PSI
1	PMDB	66	13%	2.376.463	1,65%	R\$ 94.308.955,51	R\$ 39,68	5,61
2	PT	69	13%	1.590.104	1,10%	R\$ 136.845.386,03	R\$ 86,06	5,58
3	PSDB	54	11%	1.409.515	0,98%	R\$ 107.703.149,13	R\$ 76,41	4,33
4	PP	38	7%	1.419.386	0,98%	R\$ 53.895.725,52	R\$ 37,97	2,63
5	PTB	25	5%	1.181.458	0,82%	R\$ 33.110.699,58	R\$ 28,03	1,55
6	PDT	19	4%	1.223.886	0,85%	R\$ 30.476.763,66	R\$ 24,90	1,54
7	DEM	21	4%	1.081.170	0,75%	R\$ 34.976.114,50	R\$ 32,35	1,43
8	PR	34	7%	774.597	0,54%	R\$ 47.622.504,59	R\$ 61,48	1,30
9	PSB	34	7%	608.092	0,42%	R\$ 51.648.706,95	R\$ 84,94	1,13
10	PSD	36	7%	172.051	0,12%	R\$ 50.153.872,91	R\$ 291,51	0,32
11	PRB	21	4%	345.246	0,24%	R\$ 29.698.070,29	R\$ 86,02	-0,03
12	PSC	13	3%	392.535	0,27%	R\$ 21.651.695,03	R\$ 55,16	-0,20
13	PCdoB	10	2%	369.578	0,26%	R\$ 18.416.458,91	R\$ 49,83	-0,35
14	PV	8	2%	352.568	0,24%	R\$ 17.755.168,34	R\$ 50,36	-0,40
15	SD	15	3%	97.074	0,07%	R\$ 23.456.936,20	R\$ 241,64	-0,67
16	PPS	10	2%	177.744	0,12%	R\$ 17.035.131,62	R\$ 95,84	-0,73
17	PROS	11	2%	62.529	0,04%	R\$ 17.343.497,75	R\$ 277,37	-0,92
18	PSOL	5	1%	113.766	0,08%	R\$ 14.380.130,25	R\$ 126,40	-0,93
19	PRP	3	1%	232.347	0,16%	R\$ 7.349.573,67	R\$ 31,63	-0,94
20	PSDC	2	0%	254.509	0,18%	R\$ 5.646.982,76	R\$ 22,19	-0,96
21	PSL	1	0%	205.588	0,14%	R\$ 7.861.756,41	R\$ 38,24	-0,97
22	PHS	5	1%	177.744	0,12%	R\$ 9.046.637,37	R\$ 50,90	-0,98
23	PTdoB	1	0%	175.539	0,12%	R\$ 8.335.678,43	R\$ 47,49	-1,01
24	PMN	3	1%	215.541	0,15%	R\$ 5.246.378,84	R\$ 24,34	-1,04
25	PTC	2	0%	182.830	0,13%	R\$ 5.071.297,37	R\$ 27,74	-1,10
26	PTN	4	1%	139.343	0,10%	R\$ 7.173.069,89	R\$ 51,48	-1,11
27	PRTB	1	0%	122.991	0,09%	R\$ 5.214.804,72	R\$ 42,40	-1,20
28	PEN	2	0%	39.412	0,03%	R\$ 6.971.567,32	R\$ 176,89	-1,29
29	PPL	0	0%	23.702	0,02%	R\$ 3.060.233,30	R\$ 129,11	-1,45
30	PSTU	0	0%	17.375	0,01%	R\$ 3.256.897,22	R\$ 187,45	-1,45
31	PCB	0	0%	14.852	0,01%	R\$ 1.658.096,08	R\$ 111,64	-1,51
32	NOVO	0	0%	1.394	0,00%	R\$ 2.107.482,07	R\$ 1.511,82	-1,52
33	PCO	0	0%	2.596	0,00%	R\$ 1.346.984,87	R\$ 518,87	-1,54
34	REDE	0	0%	1.576	0,00%	R\$ 1.015.306,87	R\$ 644,23	-1,55

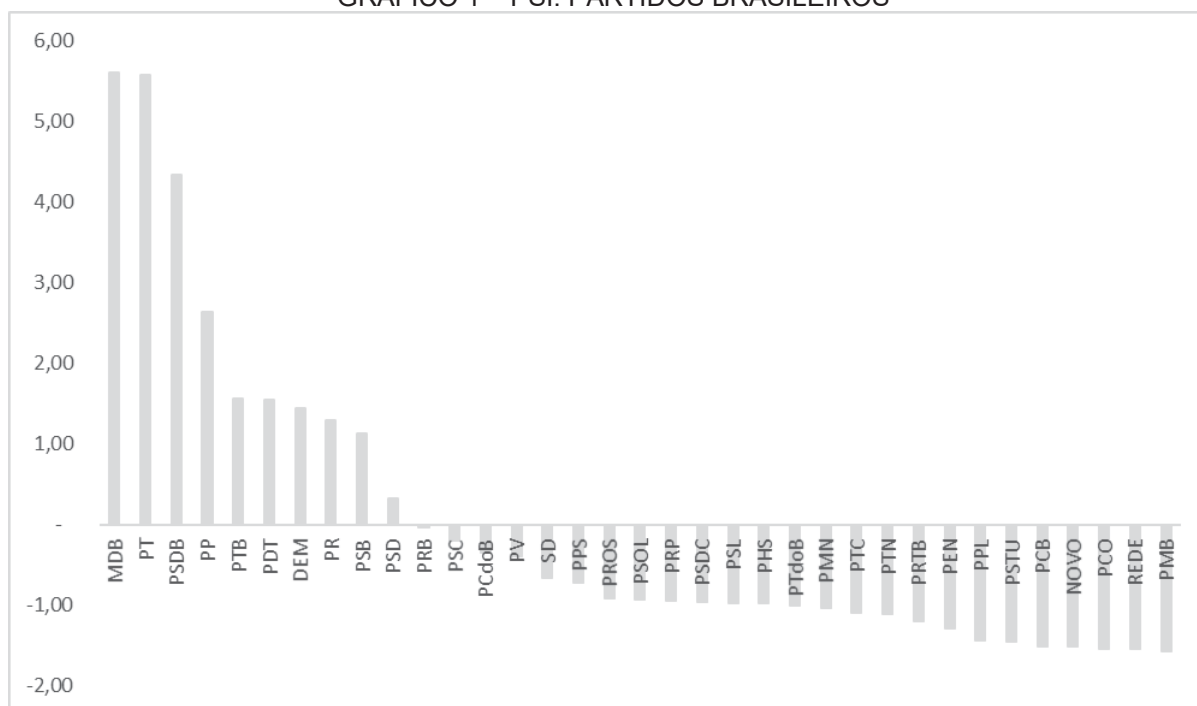
³² Para fins de simplificação, optei por trabalhar com a nomenclatura que os partidos ostentavam à época da coleta dos dados (2015), logo, esta nota de rodapé se faz necessária, pois alguns partidos mudaram de nome e sigla, tais como o PMDB que voltou a se chamar MDB, o PRB passou a se chamar Republicanos, o PPS mudou para Cidadania, o PSDC se tornou apenas Democracia Cristã, o PTdoB mudou para Avante, o PTN se tornou o Podemos e o PEN mudou para Patriota; enquanto que, por outro lado, alguns partidos se fundiram ou foram incorporados, são os casos do DEM e do PSL que ao se fundirem criaram o União Brasil (UB), e o PPL que foi incorporado ao PCdoB.

³³ Posição ranqueada dos partidos por PSI.

35	PMB	0	0%	34	0,00%	R\$ 338.463,65	R\$ 9.954,81	-1,57
	Médias	14	3%	444.432	0,31%	R\$ 25.176.576,50	R\$ 437,63	-
	Totais	513	100	15.555.135	10,79%	R\$ 881.180.177,61	-	-

FONTE: O autor.

GRÁFICO 1 – PSI: PARTIDOS BRASILEIROS



FONTE: O autor.

Destaca-se o fato de que apenas dez dos 35 partidos brasileiros apresentam um PSI positivo, revelando que a maioria dos partidos brasileiros possuem estruturas fracas. A partir da análise dos dados, podemos identificar a formação de quatro blocos partidários de acordo com a força relativa dos partidos políticos brasileiro. O primeiro é formado pelos três partidos mais fortes: PMDB, PT e PSDB (PSI entre 5,61 a 4,33). Não por menos, tratam-se dos partidos que despontam no sistema partidário brasileiro.

A força do PMDB identificada pelo PSI está diretamente ligada ao contexto de sua fundação e o período histórico do país. O então Movimento Democrático Brasileiro (MDB³⁴) foi criado pelo Ato Institucional Nº 2 de 27 de outubro de 1965 para ser o

³⁴ Com o advento do pluripartidarismo, por força da lei todos os partidos deveriam iniciar com a palavra “partido”, o que fez o MDB adotar a alcunha de PMDB. Ser o partido brasileiro com as mais fortes estruturas partidárias é o caso que atesta a importância do legado organizacional do período pré-democrático como um fator explicativo da força organizacional (Ribeiro & Locatelli, 2019).

partido político que abrigaria a “oposição consentida”, em contraposição à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político criado para dar sustentação política ao regime ditatorial brasileiro que perdurou de 1964 até 1985. Nas eleições de 1986, ao findar da ditadura e com a gradual instituição do pluripartidarismo, o Brasil contava com seis partidos devidamente oficializados: o PDS (herdeiro da antiga ARENA), o PFL (formado por dissidentes do PDS), o PTB, os recém criados PDT e PT, além do PMDB que venceu a eleição em 22 dos 23 estados brasileiros. A força do PMDB se destaca por ser uma herança latente do período ditatorial, o que o torna o partido mais antigo do país em atividade ininterrupta³⁵ e com o maior número de eleitores filiados.

Não obstante, O PT e o PSDB são partidos políticos cujas origens remontam o período de redemocratização do Brasil. O PT foi fundado em 1980 por diversos setores da sociedade dentre os quais se destacam o operariado da região do ABC paulista, trabalhadores urbanos sindicalizados, movimentos rurais organizados, intelectuais e as comunidades eclesiais de base ligadas à igreja católica, para ser uma alternativa à esquerda no quadro partidário brasileiro. Já o PSDB, fundado em 1988, surge de uma dissidência do PMDB capitaneada por lideranças históricas do partido como Franco Montoro, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Almir Gabriel, José Richa, dentre outros que, segundo Roma (2002), embora alegassem divergências ideológicas e pragmáticas em relação aos rumos do partido, buscavam espaço político para dar vazão às suas motivações programático-eleitorais, uma vez que tais lideranças estavam à margem do processo decisório dentro PMDB. Tanto o PT quanto o PSDB foram os partidos protagonistas nacionais polarizando a disputa presidencial entre 1994 e 2014, além de outras tantas disputas regionais e locais.

O segundo grupo é formado por seis partidos: PP, PTB, PDT, DEM, PR e PSB (PSI entre 2,63 e 1,13), cujas origens remontam os anos 80 e o período de retomada democrática e, embora a força destes ainda esteja aquém dos três maiores, podemos categorizá-los como partidos de estruturas médias que se destacam em relação à fraqueza das demais organizações. O terceiro grupo é formado por sete partidos: PSD, PRB, PSC, PCdoB, PV, SD e PPS (PSI entre 0,32 e -0,73), partidos criados no

³⁵ Se considerarmos os partidos que foram e voltaram da ilegalidade ao longo da história, o PCB (1922) e o PTB (1945) são os partidos mais velhos com registros válidos no período democrático e com estruturas partidárias ativas, no entanto, foram extinguidos formalmente em 1965 com a adoção do bipartidarismo.

período que contempla um intervalo de 25 anos de amadurecimento democrático (da fundação do PCdoB em 1988 até a fundação do Solidariedade em 2013), sendo estas organizações caracterizadas como portadoras de estruturas partidárias fracas.

Por último, o grupo derradeiro é formado por 19 partidos: PROS, PSOL, PRP, PSDC, PSL, PHS, PTdoB, PMN, PTC, PTN, PRTB, PEN, PPL, PSTU, PCB, NOVO, PCO, REDE e PMB (PSI entre -0,92 e -1,57). Mais da metade de todo o sistema partidário brasileiro é composto por pequenos partidos ideológicos de esquerda, direita e legendas fisiológicas com estruturas partidárias paupérrimas, cujas origens remontam um recorte de 30 anos, da reabertura democrática em 1985 até a criação do Partido da Mulher Brasileira no ano de 2015.

As informações a respeito da proporção entre renda do partido e o número de eleitores filiados, bem como o número médio de 14 parlamentares e de 3% de representação por partido político, são capazes de dimensionar o impacto do acesso indiscriminado ao financiamento estatal pelas organizações partidárias. Os achados vão de encontro à tese de que a fragmentação partidária brasileira não é baseada em clivagens sociais, mas sim impulsionada por diversos incentivos que retroalimentam a fragmentação: acesso indiscriminado aos recursos públicos para financiamento das estruturas partidárias e a proeminência de coligações eleitorais nas eleições proporcionais em distritos eleitorais de alta magnitude sem cláusulas de barreira (Zucco & Power, 2021).

Diante de tais constatações, sucessivas medidas foram tomadas no sentido de reduzir a alta fragmentação partidária. De 2015 até 2021, o Brasil adotou uma série de reformas eleitorais cujos objetivos perpassaram a mitigação dos incentivos e das causas da fragmentação partidária. No ano de 2015 o STF proibiu o financiamento eleitoral por parte de pessoas jurídicas. A reforma eleitoral de 2017 estabeleceu o fim das coligações nas eleições proporcionais e instituiu uma cláusula de desempenho progressiva a cada eleição que, salvo novas alterações, atingirá seu ápice no ano de 2030. Por fim, a reforma eleitoral de 2021 aprovou duas inovações relevantes: a instituição das federações partidárias e a redução no número de candidatos ao legislativo, uma vez que os partidos políticos poderão lançar no máximo 100% mais 1 do número de assentos disponíveis, ao invés dos antigos 150% do número de assentos. A título de exemplo, num distrito eleitoral cuja magnitude seja de 30

assentos um determinado partido poderá lançar até 31 candidatos, e não mais 45 candidatos. Os impactos dessas inovações serão testados nas eleições de 2022.

Em relação à aplicação do PSI e a comparação transnacional, algumas considerações sobre o quadro partidário brasileiro e a sua inserção na amostra são pertinentes. De início, há uma miríade de possibilidades entre os extremos de, por exemplo, de forma discricionária selecionar apenas os dez partidos mais fortes para a comparação, tal qual a opção feita por Riberio & Locatelli (2019) ou, por outro lado, lançar mão de todos os 35 partidos para a comparação. Ambas as possibilidades incorrem em vícios, uma vez que a primeira tende supervalorizar do quadro partidário brasileiro, enquanto que a última tende a tornar a amostragem desequilibrada e sobrevalorizar o quadro partidário brasileiro ao considerar partidos com baixo ou nenhum desempenho eleitoral, partidos estes que, quando existentes em países contemplados na amostra, não foram selecionados.

Ao considerarmos os dados da Tabela 1 sobre o percentual das bancadas partidárias por país, excluindo a representação de 100% do Brasil, a média do banco de dados do PPDB é de 87%. O recorte discricionário dos partidos brasileiros aplicado por Ribeiro & Locatelli (2019) contempla 74% da bancada partidária brasileira e, com a exceção da ausência do PSD e a inclusão do PRB, são os partidos mais fortes do país e os únicos com o PSI positivo em relação a todos os 35, tal qual os apontamentos da Tabela 2. Portanto, tendo em conta a realidade de alta fragmentação partidária do Brasil em que, no ano de 2015, 28 dos 35 partidos existentes possuíam representação parlamentar na câmara baixa, convém ampliar a amostra de partidos brasileiros para a base de comparação.

O critério aqui utilizado para a ampliação da amostra contemplará os partidos brasileiros que, no ano de 2015, possuíam até 5 parlamentares na câmara baixa, uma vez que este é o número necessário para que um partido tenha direito ao cargo de liderança, bem como também representa aproximadamente pouco mais de 1% do total da casa. Segundo este critério, a amostra brasileira será formada por 19 partidos, sendo eles: PT, PMDB, PSDB, PP, PSD, PR, PSB, PTB, DEM, PRB, PDT, SD, PSC, PROS, PCdoB, PPS, PV, PHS e PSOL, abarcando exatos 94% da representação partidária da câmara dos deputados. Este critério permite selecionar uma amostra consistente do sistema partidário brasileiro e condizente com a alta fragmentação partidária brasileira, ao mesmo passo que, também, situa-se em um meio termo entre

os dez mais fortes e todos os 35 partidos brasileiros, ou seja, é uma alternativa que cumpre o objetivo de não supervalorizar nem sobrevalorizar a base de partidos brasileiros a ser comparada.

4.2 A COMPARAÇÃO TRANSNACIONAL

Realizado o recorte de partidos brasileiros selecionados, o montante de partidos a serem comparados chega ao número de 146 partidos políticos. A Tabela 3 traz detalhadamente os dados dos partidos políticos, identificados por nome e país de origem conforme os bancos de dados de origem, a idade desses partidos políticos tendo como base o ano da sua fundação e o ano em que o dado foi coletado, uma variável dicotômica que classifica os partidos entre velhos e novos, bem como o índice de força partidária de cada um, cuja variação está exemplificada no Gráfico 2 em seguida.

TABELA 3 – PSI: 146 PARTIDOS POLÍTICOS

P. ³⁶	País	Partido	Idade	V/N ³⁷	PSI
1	México	Institutional Revolutionary Party	84	V	8,55
2	Áustria	People's Party	66	V	8,18
3	Noruega	Labour Party	125	V	7,63
4	Áustria	Social Democratic Party	125	V	4,28
5	Suécia	Social Democrats	122	V	3,82
6	Noruega	Conservative Party	128	V	3,77
7	Espanha	People's Party	19	N	2,63
8	Noruega	Progress Party	39	N	2,19
9	Austrália	Liberal Party	67	N	1,91
10	Israel	Likud	22	N	1,82
11	Espanha	Socialist Party	132	V	1,75
12	México	Party of Democratic Revolution	26	N	1,56
13	Suécia	Moderate Party	107	V	1,54
14	Austrália	Labor Party	110	N	1,44
15	Alemanha	Social Democratic Party	148	V	1,43
16	Alemanha	Christian Democratic Union	66	V	1,30
17	Itália	Northern League	20	N	1,25
18	República Tcheca	Civic Democratic Party	21	N	1,20

³⁶ Posição ranqueada dos partidos por PSI.

³⁷ Variável dicotômica criada para distinguir partidos velhos e novos de acordo com o período democrático vigente, tal qual exemplificado no Quadro 5. A classificação V é empregada para classificar os partidos políticos que são mais velhos que o período democrático vigente no país, e N para os partidos que foram criados sob a égide do período democrático vigente, sendo mais novos.

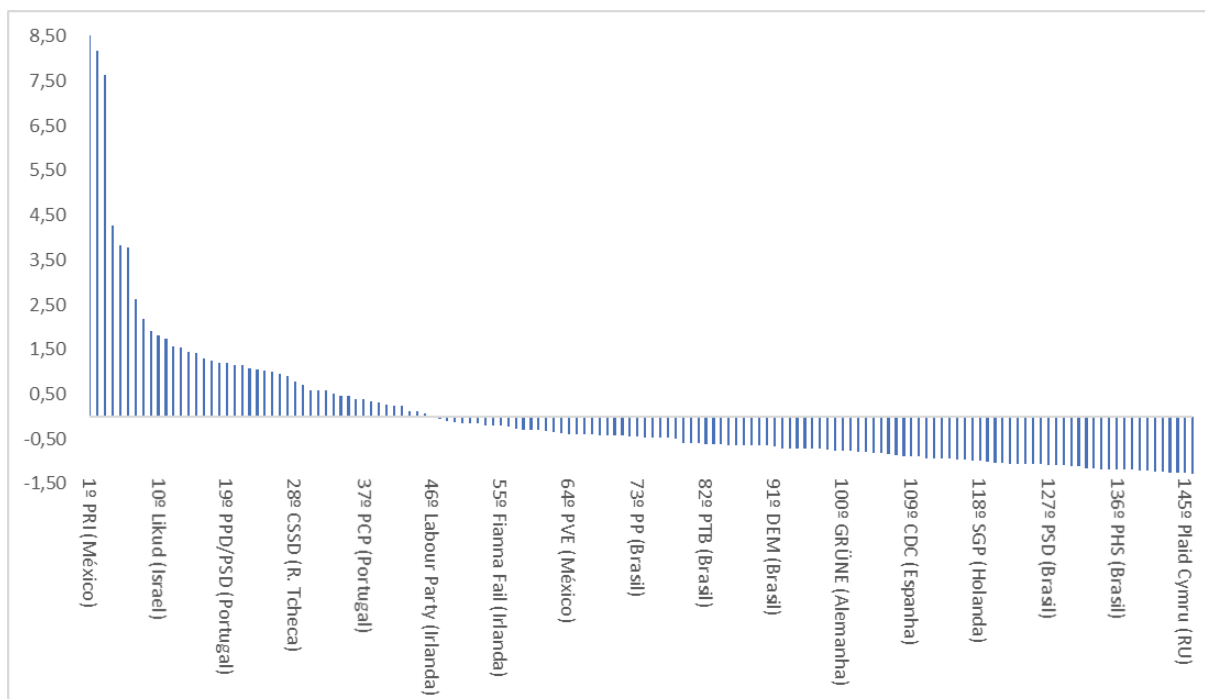
19	Portugal	Social Democratic Party	37	N	1,20
20	Irlanda	Fine Gael	80	N	1,16
21	Dinamarca	Social Democrats	140	V	1,14
22	Bélgica	Socialist Party	34	N	1,07
23	Noruega	Christian Democratic Party	79	V	1,05
24	Dinamarca	Liberals	141	V	1,03
25	Japão	Liberal Democratic Party of Japan	58	N	1,01
26	Itália	Democratic Party	4	N	0,96
27	Japão	The Democratic Party of Japan	15	N	0,90
28	República Tcheca	Social Democratic Party	134	V	0,77
29	Israel	Kadima	4	N	0,71
30	Portugal	Socialist Party	37	N	0,59
31	Suécia	Centre Party	98	V	0,58
32	Noruega	Centre Party	92	V	0,58
33	Áustria	Freedom Party	59	N	0,52
34	Israel	Labor Party	43	N	0,47
35	Bélgica	Christian-Democrat and Flemish	44	N	0,46
36	Noruega	Socialist Left Party	37	N	0,38
37	Portugal	Communist Party	34	N	0,38
38	Japão	Japanese Communist Party	93	V	0,35
39	França	Union for a Popular Movement	10	N	0,33
40	Bélgica	Socialist Party Alternative	34	N	0,28
41	França	Socialist Party	107	V	0,25
42	Dinamarca	Conservatives	96	N	0,24
43	Bélgica	New Flemish Alliance	11	N	0,12
44	Brasil	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	49	V	0,12
45	Bélgica	Open Flemish Liberals and Democrats	20	N	0,08
46	Irlanda	Labour Party	101	V	-0,02
47	Bélgica	Reform Movement	10	N	-0,05
48	Noruega	Liberal Party	128	V	-0,11
49	Canadá	Liberal Party	144	N	-0,12
50	República Tcheca	Communist Party	23	V	-0,14
51	Reino Unido	Labour Party	112	N	-0,15
52	Holanda	Labour Party	65	V	-0,15
53	Áustria	Alliance for the Future	6	N	-0,19
54	Romênia	National Liberal Party	24	N	-0,19
55	Irlanda	Fianna Fail	87	N	-0,20
56	Brasil	Partido dos Trabalhadores	35	V	-0,23
57	Hungria	Fidesz - Hungarian Civic Alliance	23	V	-0,28
58	Canadá	Conservative Party	74	N	-0,29
59	Dinamarca	Socialist People's Party	52	N	-0,30
60	Áustria	The Greens	26	N	-0,30
61	México	National Action Party	76	V	-0,32
62	Holanda	Socialist Party	40	N	-0,35
63	Brasil	Partido da Social Democracia Brasileira	27	N	-0,37
64	México	Ecological Green Party	29	N	-0,39
65	Bélgica	Ecolo	32	N	-0,39

66	México	National Regeneration Movement	4	N	-0,39
67	Itália	The People of Freedom	2	N	-0,40
68	Bélgica	Democrat Humanist Centre	44	N	-0,42
69	Bélgica	Flemish Interest	34	N	-0,42
70	Suécia	Liberal People's Party	76	N	-0,43
71	Israel	National Religious Party	4	N	-0,43
72	Dinamarca	Liberal Alliance	4	N	-0,43
73	Brasil	Partido Progressista	35	V	-0,45
74	Holanda	People's Party for Freedom and Democracy	63	V	-0,46
75	Reino Unido	Conservative Party	178	N	-0,47
76	Suécia	Christian Democrats	47	N	-0,47
77	Suécia	Green Party	29	N	-0,47
78	Dinamarca	Danish People's Party	16	N	-0,50
79	Hungria	Politics Can Be Different	2	N	-0,59
80	Brasil	Partido Democrático Trabalhista	36	V	-0,59
81	Alemanha	Christian Social Union	66	V	-0,60
82	Brasil	Partido Trabalhista Brasileiro	36	V	-0,61
83	Suécia	Left Party	94	N	-0,63
84	Chile	Christian Democratic Party	52	V	-0,63
85	República Tcheca	Christian Democratic Union	94	V	-0,63
86	Holanda	Christian Democratic Appeal	31	N	-0,64
87	Bélgica	Groen	30	N	-0,65
88	Chile	Independent Democratic Union	32	V	-0,65
89	Chile	National Renewal	29	V	-0,65
90	Irlanda	Sinn Fein	108	V	-0,65
91	Brasil	Democratas	30	N	-0,66
92	Dinamarca	Social Liberal Party	106	V	-0,71
93	Austrália	National Party	93	N	-0,71
94	Chile	Party for Democracy	28	V	-0,72
95	Alemanha	Free Democratic Party	63	V	-0,72
96	Chile	Socialist Party	83	V	-0,72
97	Espanha	Basque Nationalist Party	115	V	-0,72
98	Holanda	Green Left	20	N	-0,74
99	Canadá	New Democratic Party	55	N	-0,77
100	Alemanha	Alliance '90/The Greens	31	N	-0,77
101	Israel	Yisrael Beiteinu	12	N	-0,77
102	Portugal	People's Party	37	N	-0,78
103	Polônia	Democratic Left Alliance	14	N	-0,79
104	Brasil	Partido da República	30	N	-0,80
105	Alemanha	The Left	4	N	-0,81
106	Dinamarca	Red-Green Alliance	22	N	-0,84
107	Holanda	Democrats 66	45	N	-0,85
108	Polônia	Polish People's Party	22	N	-0,88
109	Espanha	Democratic Convergence of Catalonia	38	V	-0,88
110	Brasil	Partido Socialista Brasileiro	30	N	-0,89
111	República Tcheca	Tradition Responsibility Prosperity	3	N	-0,93
112	Polônia	Civic Platform	12	N	-0,93

113	Holanda	ChristianUnion	11	N	-0,93
114	Hungria	Jobbik	9	N	-0,94
115	Itália	Union of the Centre	9	N	-0,95
116	Espanha	United Left	19	N	-0,97
117	Portugal	Left Bloc	12	N	-0,98
118	Holanda	Reformed Political Party	9	N	-1,00
119	Reino Unido	Liberal Democrats	24	N	-1,01
120	Austrália	The Greens	20	N	-1,02
121	Polônia	Law and Justice	12	N	-1,03
122	Brasil	Partido Social Cristão	30	N	-1,05
123	Romênia	Conservative Party	23	N	-1,05
124	Canadá	Bloc Quebecois	20	N	-1,05
125	Brasil	Partido Republicano Brasileiro	12	N	-1,06
126	Brasil	Partido Comunista do Brasil	53	V	-1,07
127	Brasil	Partido Social Democrático	4	N	-1,08
128	Brasil	Partido Verde	29	N	-1,08
129	Israel	Meretz	18	N	-1,08
130	Itália	Italy of Values	12	N	-1,11
131	Canadá	Green Party	28	N	-1,12
132	Hungria	Socialist Party	22	N	-1,15
133	Holanda	Party for the Animals	93	V	-1,16
134	Brasil	Partido Popular Socialista	23	N	-1,17
135	Japão	Social Democratic Party	19	N	-1,17
136	Brasil	Partido Humanista da Solidariedade	20	N	-1,18
137	Bélgica	Federalists, Democrats, Francophone	48	N	-1,18
138	Reino Unido	Scottish National Party	78	N	-1,19
139	Brasil	Solidariedade	3	N	-1,20
140	Brasil	Partido Socialismo e Liberdade	11	N	-1,21
141	Portugal	Ecologist Party "The Greens"	29	N	-1,23
142	Brasil	Partido Republicano da Ordem Social	5	N	-1,23
143	Alemanha	Pirate Party	5	N	-1,25
144	Reino Unido	Green Party	22	N	-1,25
145	Reino Unido	Plaid Cymru	87	N	-1,26
146	Polônia	Palikot's Movement	2	N	-1,28

FONTE: O autor.

GRÁFICO 2 – PSI: 146 PARTIDOS POLÍTICOS



FONTE: O autor.

O gráfico tem como único objetivo proporcionar o resultado visual da disparidade do PSI entre os partidos políticos, principalmente entre os mais fortes em relação ao restante da amostra. Entre os partidos mais fortes, dois merecem uma explicação mais detalhada: O mexicano PRI e o espanhol PP.

O partido Revolucionário Institucional do México é o partido mais forte da amostra, ostentando um PSI de 8,55. Três fatos ilustram a força díspar desse partido latino-americano. Primeiramente, é preciso reconhecer a dificuldade de delimitar precisamente qual o marco inicial do período democrático vigente no México, dado que, desde a promulgação da constituição em 1917, sucessivas reformas políticas e eleitorais objetivaram a institucionalização e a abertura do processo democrático e eleitoral do país. Dentre as tais reformas, a que possui maior destaque é a reforma política de 1977 que introduziu o registro de coligações e candidaturas de partidos políticos na arena política, bem como a adoção do sistema de representação proporcional (Gallardo, 2014).

O segundo e principal ponto que explica a força do PRI é a sua origem e as bases da sua formação, uma vez que o partido foi fundado em 1929 com o nome de Partido Nacional Revolucionário para congregar as principais forças da Revolução Mexicana e, da sua fundação até o ano de 2000, governou o país de forma

hegemônica, inteirando ao todo 71 anos ininterruptos de governo. Por fim, o terceiro e último ponto está inteiramente ligado ao segundo, pois esse período contínuo e longo no exercício do poder nacional garantiu que o partido fosse não só a principal força política do país, como também a porta de entrada e de acesso à máquina estatal mexicana, fatores que juntos explicam a incrível taxa de filiação ao partido, uma vez que, à época da pesquisa, o partido detinha formalmente em suas fileiras 11,89% do eleitorado mexicano, a maior taxa do banco junto aos 9,40% registrados pelo Partido Popular da Áustria, e também o segundo maior PSI da amostra com 8,44 pontos.

O Partido Popular da Espanha (PP) chama a atenção por ser o partido mais novo entre os mais fortes e, justamente por tal fato, merece um maior detalhamento sobre o seu caso. Antes de mais nada, os 19 anos de idade se referem ao ano de coleta dos dados sobre o partido, que é de 2008, enquanto os dados sobre a maioria dos outros partidos tendem a variar entre 2011 e 2015. Quanto à sua formação, o PP tem origens na Aliança Popular, uma federação partidária de centro-direita que promoveu em 1989 a fusão do Partido Democrata Popular e o Partido Liberal Espanhol, fundando a nova agremiação. Apesar de novo se comparado aos demais, dois fatos justificam sua estrutura partidária robusta: primeiramente, suas raízes remontam o período de transição democrática pós ditadura franquista, uma vez que herdou as estruturas da União do Centro Democrático (1977), que posteriormente virou Partido Democrata Popular (1982); por conseguinte, o PP consolidou-se como o principal e mais forte partido de direita e centro-direita do país, rivalizando a preferência do eleitorado espanhol diretamente com o Partido Socialista e Operário Espanhol (PSOE).

Consequentemente, por meio da análise geral da Tabela 3 e do Gráfico 2 pode-se identificar 5 grupos de partidos políticos. O primeiro grupo é formado pelos partidos cujo o PSI seja >5 , no caso, os três partidos mais fortes da amostra os quais se enquadram em partidos cujas estruturas partidárias são muito fortes, abusando da modéstia ao utilizar tal advérbio de intensidade, uma vez que a força desses primeiros partidos contrasta em demasia com relação ao resto da amostra, sendo eles o PRI (México), o ÖVP (Áustria) e o Ap (Noruega), cujo PSI médio entre esses partidos é de 8,12 e a idade média é de 92 anos, todos mais velhos que o período democrático vigente.

O segundo grupo é formado pelos partidos cujo PSI compreende <5 e >1 , indo do 4º (SPÖ da Áustria) até o 25º (Partido Liberal Democrático Japonês). Esta faixa contempla os partidos de estruturas fortes, totalizando uma amostra de 22 partidos políticos, cujo o PSI médio é de 1,81 e a média de idade desses partidos é de 78 anos, sendo que, dentre eles, 10 partidos são mais velhos e 12 partidos são mais novos que o período democrático vigente.

O terceiro grupo é formado pelos partidos cujo PSI compreende a faixa entre <1 e >0 , indo do 26º (PD da Itália) até o 45º (VLD da Bélgica). Esta faixa contempla ao todo 20 partidos políticos cujas estruturas partidárias podem ser tidas como medianas, ficando aquém das estruturas fortes, mas ainda distantes das débeis. O PSI médio desses partidos é de 0,45 e a média de idade é de 51 anos, sendo 6 partidos mais velhos e 14 partidos mais novos que o período democrático vigente.

O quarto grupo é formado pelos partidos cujo PSI compreende a faixa entre <0 e >-1 , indo do 46º (Partido Trabalhista da Irlanda) até o 118º (SGP da Holanda), abrangendo exatamente a metade da amostra total ao contemplar 73 partidos políticos cujas estruturas partidárias podem ser tidas como fracas. O PSI médio dessa faixa é de -0,56 e a média de idade dos partidos é de 43 anos, sendo 23 partidos mais velhos e 50 partidos mais novos que o período democrático vigente.

Por fim, o quinto e último grupo é formado pelos partidos cujo PSI é <-1 , indo do 119º (Liberais Democratas do Reino Unido) até o 146º (Movimento Palikot da Polônia), um grupo de 28 partidos cujas estruturas são muito fracas, sendo as mais frágeis da amostra. O PSI médio do grupo é de -1,14 e a média de idade dos partidos é de 27 anos, dos quais apenas 2 são mais velhos e 26 são mais novos que o período democrático vigente. A Tabela 4 exemplifica os grupos e suas peculiaridades.

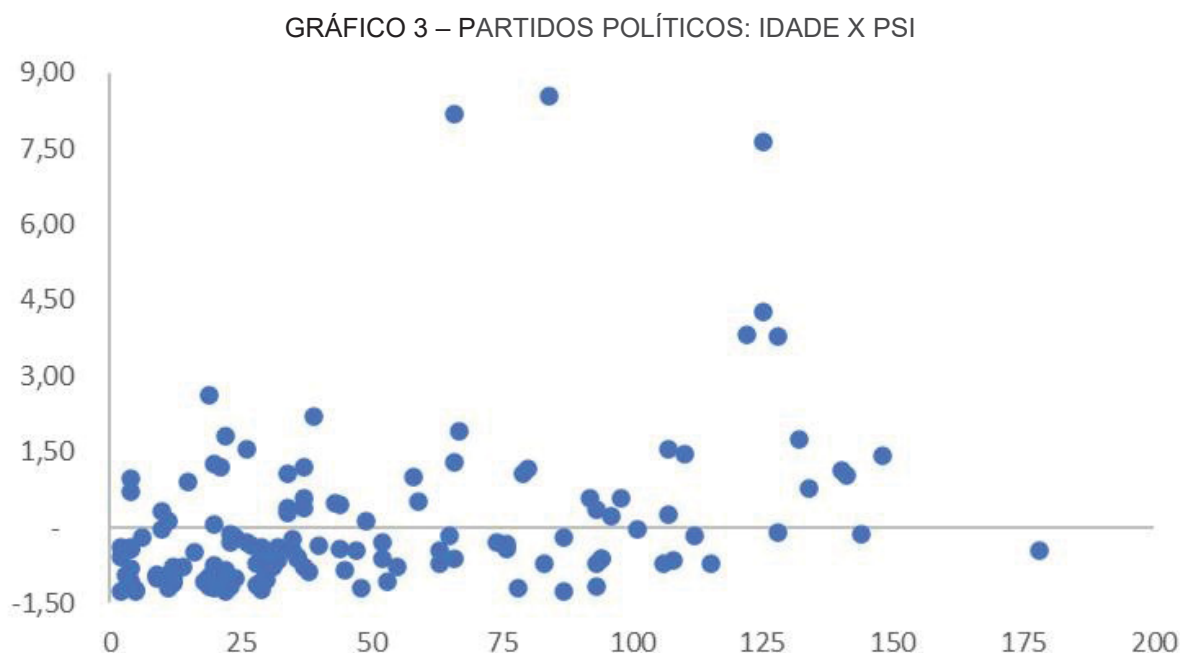
TABELA 4 – ESTRATIFICAÇÃO E AGRUPAMENTO DOS PARTIDOS POR FAIXA DE PSI

Agrupamento	PSI	PSI Médio	Número de Partidos	% da Amostra	Média de idade	Mais velhos	Mais novos
Muito fortes	>5	8,12	3	2,05%	92 anos	100%	-
Fortes	<5 e >1	1,81	22	15,07%	78 anos	45%	55%
Medianos	<1 e >0	0,45	20	13,70%	51 anos	30%	70%
Fracos	<0 e >-1	-0,56	73	50%	43 anos	31%	69%
Muito fracos	<-1	-1,14	28	19,18%	27 anos	7%	93%

FONTE: O autor.

A estratificação proposta é reveladora ao apontar que os partidos cujas estruturas partidárias tenham origens antecedentes ao período democrático tendem a ser mais fortes que os demais, da mesma forma, a relação entre idade do partido e robustez da estrutura partidária parecem diretamente proporcionais e positivas: quanto mais velho o partido, mais forte ele tende a ser. Tal constatação vai de encontro aos achados de Ribeiro & Locatelli (2019). Constata-se também que exatamente 50% dos partidos presentes na amostra contam com estruturas fracas, além de quase 20% pontuarem um PSI abaixo de -1, demarcando tais estruturas como muito fracas, ou seja, aproximadamente 70% dos partidos políticos presentes na amostra são fracos, apresentando um PSI negativo.

O Gráfico 3 apresenta em dispersão a relação entre a idade dos partidos políticos e o PSI obtido, sendo possível observar a distância entre os partidos fracos ou muito fracos em relação aos demais, principalmente em relação aos partidos fortes e muito fortes.



A análise do Gráfico 3 é pertinente por elucidar dois pontos importantes em relação a variável tempo e idade do partido: embora seja raro em relação a amostra é possível existir um partido antigo, acima dos 100 anos e, ainda assim, que conte com estruturas pouco desenvolvidas e frágeis em relação a orçamento e filiados. No entanto, o contrário não é válido: um partido novo ou com pouco tempo de existência

difícilmente desenvolve estruturas robustas, uma vez que é necessário tempo para consolidar uma forte estrutura partidária, tal qual o PRI (84 anos), o ÖVP (66 anos), o AP (125 anos), o SPÖ (125 anos), o S/SAP (122 anos) e o H (128 anos), sendo os 6 partidos que se destacam na análise do gráfico³⁸.

A possibilidade de estratificar os partidos políticos por níveis de força³⁹ permite analisar a distribuição de partidos cujas estruturas sejam fortes fracas ou medianas por país. A importância dessa estratificação torna possível identificar países que, mesmo diante da comparação transnacional, apresentam estruturas partidárias de força heterogênea, ou seja, possuem partidos fortes, fracos e medianos, enquanto que, outros países apresentam estruturas partidárias de forças homogeneamente fracas. A Tabela 5 traz detalhadamente as cinco estratificações do PSI, em que o M representa o PSI médio do estrato partidário:

TABELA 5 – ESTRATIFICAÇÃO DO PSI: PARTIDOS POR PAÍSES

País	M = 8,12	M = 1,8	M = 0,45	M = (0,56)	M = (1,14)	Total
Alemanha		2		4	1	7
Austrália		2		1	1	4
Áustria	1	1	1	2		5
Bélgica		1	4	5	1	11
Brasil			1	8	10	19
Canadá				3	2	5
Chile				5		5
Dinamarca		2	1	5		8
Espanha		2		3		5
França			2			2
Holanda				7	2	9
Hungria				3	1	4
Irlanda		1		3		4
Israel		1	2	2	1	6
Itália		1	1	2	1	5
Japão		1	2	1		4
México	1	1		3		5
Noruega	1	3	2	1		7
Polônia				3	2	5
Portugal		1	2	2	1	6
Reino Unido				2	4	6
República Tcheca		1	1	3		5
Romênia				1	1	2
Suécia		2	1	4		7

FONTE: O autor.

³⁸ Coeficiente de correlação: r de Pearson = 0,39.

³⁹ Estratos por média de PSI: muito fortes (M = 8,12); fortes (M = 1,8); medianos (M = 0,45); fracos (M = -0,56), e; muito fracos (M = -1,14).

De acordo com a Tabela 5 pode-se constatar que a maioria dos países apresentam estruturas partidárias de forças heterogêneas, ou seja, possuem partidos que variam de força em relação a comparação transnacional. No entanto, chama a atenção o fato de que os partidos do Canadá, Chile, Holanda, Hungria, Polônia Reino Unido, Romênia e Brasil (exceto o PMDB) são classificados como homogeneamente fracas, variando entre estruturas fracas ou muito fracas. Por outro lado, apenas Áustria (3x2), França (2), Japão (3x1) e Noruega (6x1) registram um número maior de partidos fortes ou medianos frente ao número de partidos fracas ou muito fracas.

4.3 A MÉDIA DO PSI POR PAÍS: QUADROS NACIONAIS COMPARADOS

O PSI médio por país é uma síntese que se pode extrair do quadro partidário de cada país em relação a amostra. Tal qual a Tabela 6 abaixo, trata-se de uma operação simples, em que se calcula a média do PSI dos partidos políticos de cada país para se chegar a um valor agregado (Gráfico 4), enquanto que, por outro lado, a amplitude do PSI é a distância entre a força do partido mais forte e mais fraco de cada país, de modo que, quanto menor a amplitude, mais homogênea é a força dos partidos políticos de cada país, do mesmo modo, quanto maior for a amplitude, maior a diferença e a heterogeneidade dos partidos políticos de cada país (Gráfico 5).

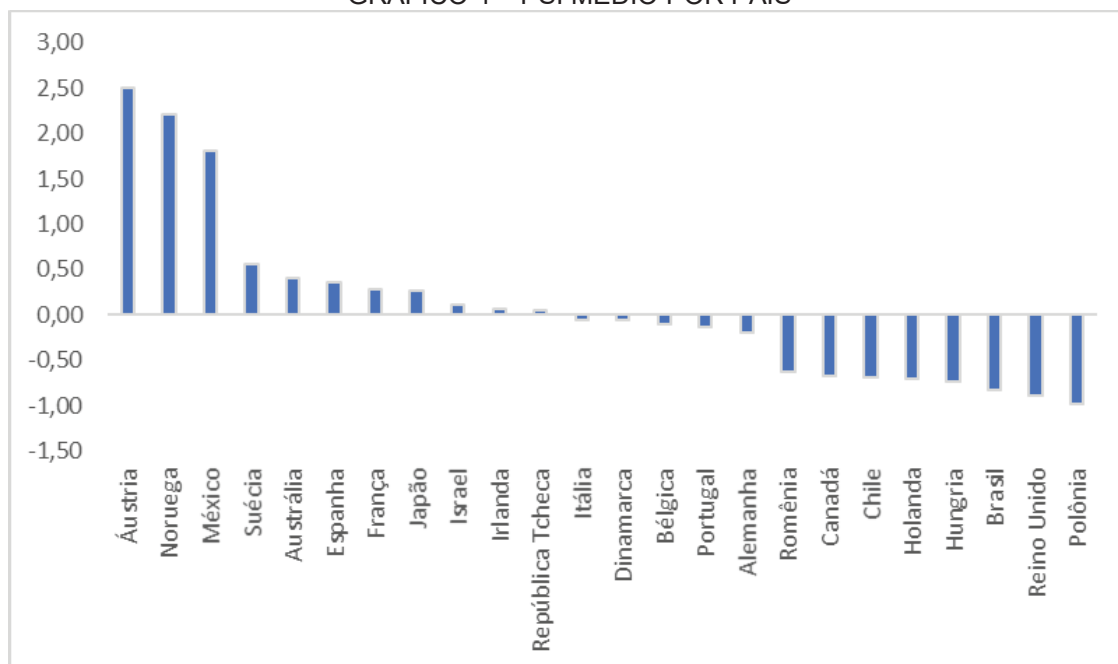
TABELA 6 – MÉDIA DO PSI E AMPLITUDE POR PAÍS

País	Nº de partidos	% Bancada	PSI Média	Amplitude do PSI
Áustria	5	91%	2,50	8,48
Noruega	7	99%	2,21	7,84
México	5	90%	1,80	8,94
Suécia	7	92%	0,56	4,45
Austrália	4	91%	0,40	2,93
Espanha	5	94%	0,36	3,60
França	2	82%	0,29	0,08
Japão	4	81%	0,27	2,18
Israel	6	55%	0,12	2,90
Irlanda	4	89%	0,07	1,81
República Tcheca	5	70%	0,05	2,13
Dinamarca	8	100%	-0,05	1,98
Itália	5	66%	-0,05	2,36
Bélgica	11	98%	-0,10	2,25
Portugal	6	100%	-0,14	2,43
Alemanha	7	100%	-0,20	2,75
Romênia	2	36%	-0,62	0,86
Canadá	5	100%	-0,67	1,00
Chile	5	89%	-0,68	0,09
Holanda	9	89%	-0,70	1,01

Hungria	4	100%	-0,74	0,90
Brasil	19	94%	-0,83	1,35
Reino Unido	6	97%	-0,89	1,11
Polônia	5	100%	-0,98	0,49

FONTE: O autor.

GRÁFICO 4 – PSI MÉDIO POR PAÍS



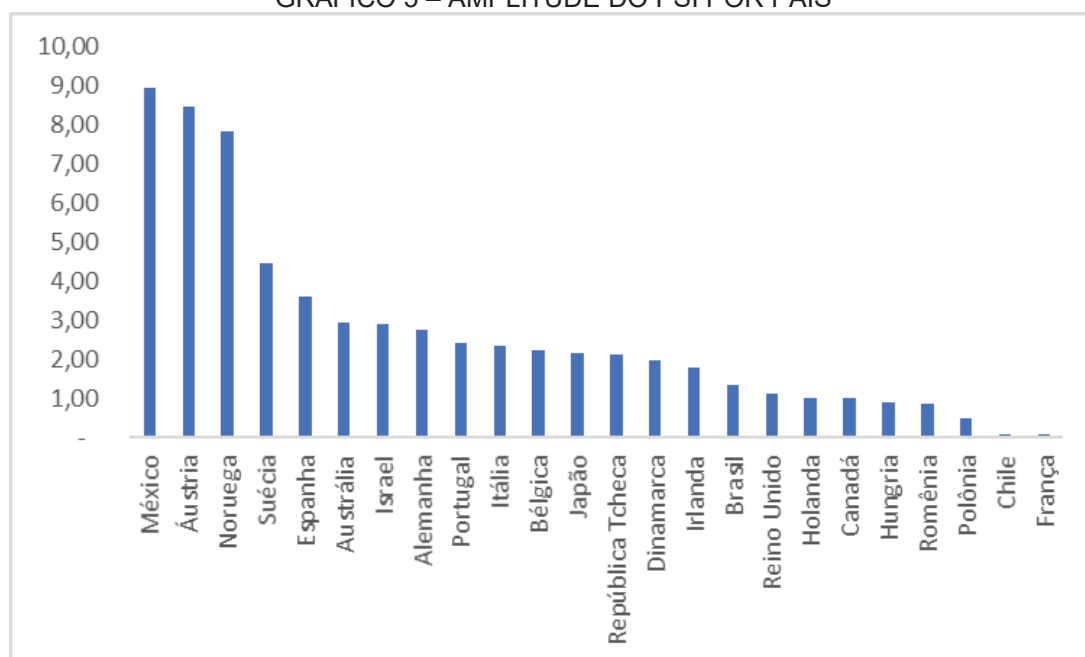
FONTE: O autor.

De acordo com a Tabela 6 e o Gráfico 4 pode-se estratificar a força relativa dos partidos políticos de cada país em quatro grupos distintos. O primeiro é formado pela Áustria, Noruega e México, países que, no conjunto, apresentam os partidos mais fortes da amostra com um PSI médio que compreende de 2,5 a 1,8, faixa que destoa consideravelmente dos demais países. O segundo grupo é formado pela Suécia, Austrália, Espanha, França e Japão, países cujos partidos podem ser considerados fortes e com um PSI médio que varia de 0,56 a 0,27 pontos. Consequentemente, o terceiro grupo de países, cujos partidos políticos podem ser considerados de estruturas médias, é formado por Israel, Irlanda, República Tcheca, Itália, Dinamarca, Bélgica Portugal e Alemanha, países que pontuam um PSI médio entre 0,1 e -0,2. Por fim, Romênia, Canadá, Chile, Holanda, Hungria, Brasil, Reino Unido e Polônia são os países que formam o derradeiro grupo cujos partidos podem ser tidos como de estruturas fracas.

No entanto, convém sempre retomar o ponto de que as variáveis estruturais disponíveis e acessíveis para serem analisadas são, única e exclusivamente, número

de filiados e orçamento do partido. Esta é a base para o PSI mensurar a força das estruturas partidárias. Possivelmente, o PSI aponta para a fraqueza das estruturas dos partidos do Reino Unido por possuir a limitação de medir apenas a parte “material” dos partidos, sendo incapaz de predizer a face imaterial do “partidarismo” e a centralidade simbólica ou política do sistema partidário para eleitores e elites, ou seja, é provável que outros fatores compensem e expliquem a fraqueza das estruturas partidárias no Reino Unido, país com partidos antigos, enraizados e consolidados em sua respectiva democracia, mas que ocasionalmente apresenta um PSI médio bem abaixo do que se poderia esperar.

GRÁFICO 5 – AMPLITUDE DO PSI POR PAÍS



FONTE: O autor.

De acordo com a Tabela 6 e o Gráfico 5 pode-se identificar os países cuja a distribuição de força entre os partidos políticos é mais homogênea ou mais heterogênea. A amplitude do PSI permite identificar se há desigualdade de forças significativas dentro de um mesmo sistema partidário, de modo que, havendo, permite também dimensionar o tamanho dessa desigualdade. Enquanto a média expressa um ponto em comum entre a força de todos os partidos de cada um dos países, a amplitude desvela a diferença interna não expressada pela média.

Para fins de classificação, serão considerados heterogêneos os países que apresentarem uma amplitude de PSI, ou seja, aqueles em que a diferença entre o

partido mais forte e mais fraco seja maior que 2 pontos, enquanto que, por outro lado, serão considerados homogêneos os países em que a diferença entre o partido mais forte e mais fraco seja menor que 2 pontos. Assim, podemos classificar os países e seus respectivos partidos conforme o Quadro 6.

QUADRO 6 – PSI MÉDIO POR PAÍS: FORÇA X AMPLITUDE

	Heterogêneas	Homogêneas
Estruturas Muito Fortes	Áustria, Noruega e México.	
Estruturas Fortes	Suécia, Austrália, Espanha, França e Japão.	França.
Estruturas Medianas	Israel, República Tcheca, Itália, Dinamarca, Bélgica, Portugal e Alemanha.	Irlanda.
Estruturas Fracas		Romênia, Canadá, Chile, Holanda, Hungria, Brasil, Reino Unido e Polônia.

FONTE: O autor.

Conforme a classificação do Quadro 6, com a exceção da França e da Irlanda, a homogeneidade é uma característica compartilhada entre os países cujos partidos apresentam em média as estruturas mais fracas, ou seja, não havendo grandes diferenças entre o partido mais forte e o mais fraco, no caso desses países, eles são homogeneamente fracos. Neste grupo, destacam-se o Reino Unido, o Canadá e a Holanda como democracias mais antigas e consolidadas, cujos partidos apresentam baixos índices de estrutura: poucos filiados e pouco dinheiro em relação aos demais.

Por outro lado, Romênia, Chile, Hungria, Brasil e Polônia são democracias relativamente mais novas, sendo a mais antiga a brasileira, iniciada em 1985. Retomando o Quadro 5, estes países compartilham trajetórias em comum: os países latino-americanos experienciaram regimes ditatoriais longevos que perduraram até 1985 no caso brasileiro e até 1990 no caso chileno; já os países do leste europeu, até os anos finais da década de 80, eram regimes fechados alinhados politicamente com a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A Tabela 7 oferece um panorama de como os dados obtidos corroboram a afirmação de que estruturas partidárias favorecem e contribuem para um melhor resultado eleitoral. A discriminação do partido mais forte por país e as seguintes informações: seu respectivo PSI, sua idade, se se trata de um partido mais velho ou mais novo que o período democrático vigente, o tamanho da sua bancada no parlamento e a posição do tamanho de sua bancada frente as demais evidenciam as bases para confirmar a suposição citada.

TABELA 7 – PARTIDO MAIS FORTE E O TAMANHO DA BANCADA POR PAÍS

País	Partido mais forte	PSI	Idade 40	V/N	Tamanho da bancada	Ranking 41
Hungria	Fidesz	-0,28	23	V	78%	1º
Japão	Liberal Democratic Party of Japan	1,01	58	N	61%	1º
Espanha	PP	2,63	19	N	53%	1º
Portugal	PPD/PSD	1,20	37	N	47%	1º
Irlanda	Fina Gael	1,16	80	N	46%	1º
México	PRI	8,55	84	V	41%	1º
Austrália	Liberal Party	1,91	67	N	39%	1º
Noruega	Ap	7,63	125	V	33%	1º
Suécia	S/SAP	3,82	122	V	32%	1º
Israel	Likud	1,82	22	N	17%	1º
Brasil	PMDB	0,12	49	V	13%	1º
Reino Unido	Labour Party	-0,15	112	N	40%	2º
França	UMP	0,33	10	N	34%	2º
Romênia ⁴²	PNL	-0,19	24	N	32%	2º
Alemanha	SPD	1,43	148	V	30%	2º
Áustria	ÖVP	8,18	64	V	26%	2º
Dinamarca	A	1,14	140	V	25%	2º
Holanda	PvdA	-0,15	65	V	25%	2º
Bélgica	PS	1,07	34	N	15%	2º
Canadá	Liberal Party	-0,12	144	N	11%	3º
Itália	LN	1,25	20	N	3%	3º
Chile	PDC	-0,63	52	V	12%	4º

⁴⁰ Em anos.

⁴¹ Posição do partido em relação ao tamanho da bancada no parlamento.

⁴² A Romênia é o único país em que o partido com a maior bancada não está presente na amostra, no caso, o Social Democratic Party of Romania (PSD)

República Tcheca	ODS	1,20	21	N	8%	4º
Polônia	Lewica	-0,79	14	N	6%	5º

FONTE: O autor.

Segundo a Tabela 7, a correlação⁴³ entre a força das estruturas partidárias e o tamanho da bancada do partido no parlamento é positiva e visível: estruturas partidárias fortes impactam positivamente no resultado eleitoral dos partidos (Tavits, 2012).

Com relação a idade dos partidos frente ao período democrático de cada país, é necessária uma observação: por serem países em que todos os partidos presentes na amostra são mais novos que o período democrático vigente, Austrália, Bélgica, Canadá, Israel, Itália, Polônia, Portugal, Reino Unido e Romênia são casos em que não é possível mensurar a diferença entre partidos mais novos e mais velhos em relação ao PSI.

Nos demais países, Alemanha, Áustria, Brasil, Chile, Dinamarca, Holanda, Hungria, México, Noruega e Suécia são países em que o partido o mais forte atravessa temporalmente o período democrático vigente, ou seja, possuem mais tempo de desenvolvimento e consolidação que o regime em que estão inseridos. Por outro lado, as exceções são Espanha, França, Irlanda, Japão e República Tcheca, países em que, embora existam partidos mais antigos, o partido mais forte é mais novo que o período democrático vigente. Ao todo, considerando o marco temporal de cada país para seu período democrático, temos 102 partidos mais novos, 44 partidos mais velhos e uma diferença considerável entre o PSI médio de cada categoria, sendo que os partidos mais novos apresentam um PSI médio de -0,34 frente a 0,78 dos partidos mais velhos. Tal achado vai de encontro aos apontamentos de que o tempo é uma variável considerável para o desenvolvimento de estruturas partidárias sólidas e robustas (Ribeiro & Locatelli, 2019).

No entanto, os resultados obtidos contestam a afirmação dos autores de que, em análise comparada, o PSI dos partidos latino-americanos “desafiam as suposições sobre a excepcional fraqueza das organizações partidárias na região⁴⁴” (Ribeiro & Locatelli, 2019, p. 223). Com a exceção do PRI, nenhum outro partido latino americano

⁴³ Coeficiente de correlação: r de Pearson = 0,46.

⁴⁴ Idem.

se destaca na amostra. No caso dos partidos brasileiros, os autores trabalharam com um recorte que contemplava apenas dez, dentre os quais, os mais fortes, uma amostra desequilibrada se comparada ao altamente fragmentado sistema partidário brasileiro em que o maior partido da câmara conta apenas com 13% de representação. Visando corrigir essa distorção, trabalhamos com uma amostra de 19 partidos brasileiros, sendo que os resultados obtidos afrontam diretamente a afirmação dos autores: as estruturas partidárias latino-americanas, mesmo com a excepcionalidade do mexicano PRI, são majoritariamente fracas, e o quadro é ainda mais crítico quando consideramos a realidade do quadro brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os partidos políticos são organizações indispensáveis ao funcionamento das democracias liberais ao redor do mundo, de tal forma que, indiscutivelmente, a qualidade destas organizações está diretamente ligada ao bom ou ao mal funcionamento da democracia. Se por um lado, considerando as pretensões, o tempo e o alcance de uma dissertação de mestrado, a tarefa de analisar qualitativamente as organizações partidárias se apresente como inviável e inatingível, ao menos se é possível mensurar a força de suas estruturas a partir de uma análise quantitativa e descritiva.

Retomando sinteticamente o debate acerca das estruturas partidárias, elas exercem um papel determinante no desenvolvimento democrático, especialmente em democracias de terceira onda da América Latina (Sáez & Freidenberg 2000), da Europa Meridional (van Biezen, 2003) e do Leste Europeu (van Biezen, 2003; Tavits, 2012; 2013). Da mesma forma, os resultados obtidos, especialmente pelos dados expostos pela Tabela 7, atestam que estruturas partidárias robustas com um bom número de filiados e um orçamento partidário disponível para financiar campanhas e candidatos configuram-se como ativos importantes que não podem ser subestimados, principalmente para candidatos desprovidos de tais recursos: equipe e dinheiro. Ou seja: estruturas partidárias fortes impactam positivamente no resultado eleitoral dos partidos (Tavits, 2012). Consequentemente, caso a estrutura partidária seja determinante para a eleição de parlamentares, elas acabam por favorecer a disciplina e unidade do partido no parlamento (Tavits, 2012). No entanto, embora tal afirmação

seja válida enquanto citação complementar, ela não está compreendida no escopo deste trabalho, sendo um possível desdobramento a partir desta pesquisa.

Os resultados apontam que, novamente, com a exceção do caso mexicano alavancado pelo PRI, na amostra analisada os partidos latino americanos são homogeneamente fracos, não havendo grandes diferenças internas entre os partidos e, considerando a variável tempo como determinante no desenvolvimento de estruturas partidárias robustas, a idade e o contexto da política mexicana explicam a robustez do PRI, da mesma forma que explicam a fragilidade das estruturas partidárias brasileiras e chilenas, oriundas de democracias de terceira onda vigentes desde 1985 e 1990 respectivamente.

Retomando a pergunta norteadora desta pesquisa, os resultados apontam que as estruturas partidárias brasileiras são predominantemente fracas e debéis. Sendo possível ir além ao contestar a afirmação de que as estruturas partidárias latino americanas não são tão fracas quanto se poderia imaginar, uma vez que, diante do quadro apresentado, mesmo considerando o excepcionalíssimo caso do PRI mexicano, dificilmente poderia se afirmar que a força das estruturas partidárias latino americanas são medianas ou fazem frente perante as estruturas partidárias das consolidadas democracias europeias.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A análise quantitativa e descritiva da força das estruturas partidárias permite identificar possíveis agendas de pesquisa a serem exploradas. Primeiramente, a depender da disponibilidade de informações, realizar um estudo longitudinal dos partidos políticos e suas respectivas estruturas partidárias a partir de marcos temporais de cada país.

No caso brasileiro, tomando-o como exemplo, seria interessante analisar o PSI dos partidos políticos a partir de 1985 até 2015, considerando o impacto de reformas eleitorais, fusões, cisões e o advento de novas organizações partidárias. O estudo de um único país pode permitir o incremento de variáveis além do PSI que possam dar mais consistência à força das estruturas partidárias, como, por exemplo, diante de um sistema eleitoral proporcional de voto em lista aberta e com alto grau de

personalismo, o voto de legenda pode ser um preditor a mais e considerável de força partidária.

Outra possibilidade, e a que considero ser a “*estrada das pedras amarelas*” a ser percorrida é analisar o impacto de variáveis sistêmicas na força das estruturas partidárias, como, por exemplo, os sistemas eleitorais, os sistemas de governo e a regulação sobre o financiamento de partidos, candidaturas e campanhas.

Tais variáveis podem ter o poder de predizer a razão pela qual uma democracia tão antiga e consolidada como a do Reino Unido possa ter partidos fracos estruturalmente, lembrando sempre que o PSI mede apenas a força das estruturas partidárias com base no número de filiados e o orçamento do partido. O Reino Unido combina duas variáveis sistêmicas que destoam dos demais países da amostra: sistema eleitoral majoritário baseado em distritos uninominais (“*first past the post*”) e governo parlamentarista. Estas variáveis sistêmicas tem efeitos consideráveis sobre os partidos políticos, uma vez que, segundo a literatura esta combinação tende a fortalecer os partidos (Carey & Shugart, 1995; Lijphart, 1999⁴⁵) no entanto, uma nova frente de pesquisa poderá analisar se há um descompasso entre as estruturas partidárias e o processo de institucionalização desses sistemas, o que poderia explicar o excepcionalíssimo caso do Reino Unido.

Além do já conhecido e nominado declínio nas taxas de filiação e adesão à partidos políticos, fator este que pode explicar o baixo número de eleitores regularmente filiados às organizações políticas, sobretudo na Europa, no caso do Reino Unido, pode estar atrelado a uma realidade encontrada também no sistema partidário dos Estados Unidos da América. Podendo ser apenas um dos casos frente a uma miríade de possibilidades a serem exploradas a partir dos dados e das considerações deste trabalho, um sistema eleitoral baseado em distritos uninominais favorece o controle partidário sobre as listas de candidatos e suas respectivas fontes de financiamento, logo, a depender da especificidade dos distritos eleitorais e do acesso do partido ao gabinete ou a benesses do parlamento, ele pode depender menos de sua estrutura partidária formal e externa ao parlamento.

Partidos políticos são organismos vivos que, embora não possam ser vistos ou tocados, tais quais os *Leprechauns* citados por Kenneth Janda, a análise da face

⁴⁵ O autor teve acesso à 5ª edição disponibilizada pela Editora Civilização Brasileira no ano de 2019. A primeira edição da obra data de 1999.

quantificável de um partido político permite definir contornos, limites e possibilidades de agenda, como, por exemplo, a constatação do peso e da relevância da variável tempo para o desenvolvimento e consolidação das estruturas partidárias. Superado este ponto, o próximo passo seria analisar sob quais condições as estruturas partidárias se desenvolvem mais ou menos, melhor ou pior. Descobrir sob qual arranjo entre sistema eleitoral, sistema de governo e de regulação de financiamento os partidos são capazes de desenvolver estruturas mais fortes ou mais fracas passa a ser o próximo passo fundamental a ser dado a partir desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLETON, Andrew M.; WARD, Daniel S. Measuring Party Organization in the United States: An Assessment and a New Approach. *Party Politics*, vol. 1, n. 1, p. 113-131, 1995.

BACHRACH, Peter.; BARATZ, Morton. Two faces of power. *American Political Science Review*, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.

BOLOGNESI, Bruno. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. In BOLOGNESI, Bruno; SILVA, Glauco Peres da. *Ciências Sociais Hoje: Ciência Política*. 2020.

BORZ, Gabriela.; JANDA, Kenneth. Contemporary trends in party organization: Revisiting intra-party democracy. *Party Politics*, vol. 26, n. 1, p. 3-8, 2018.

CAREY, John M.; SHUGART, Matthew S. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. *Electoral Studies*, vol. 14, n. 4, p. 417-439, 1995.

CYR, Jennifer. From collapse to comeback? The fates of political parties in Latin America. Northwestern University, ProQuest Dissertations Publishing, 2012.

DATA SCIENCE. O que é um z-score? 2020. Página inicial. Disponível em: <https://datascience.eu/pt/matematica-e-estatistica/o-que-e-um-z-score/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

DUVERGER, Maurice. *Political Parties*. London: Methuen, 1954.

FABRE, Elodie. Measuring party organization: The vertical dimension of the multi-level organization of state-wide parties in Spain and the UK. *Party Politics*, v. 17, n. 3, p. 343–363, 2011.

FREIDENBERG, Flavia.; LEVITSKY, Steven. Organización Informal De Los Partidos En América Latina. *Desarrollo Económico*, v. 46, n. 184, p. 539–568, 2007.

GALLARDO, Alfonso Myers. A reforma política no México: uma análise crítica dos avanços e retrocessos nas novas leis eleitorais do país. *Paraná Eleitoral*, v. 3, n. 3, p. 491-520, 2014.

GUARNIERI, Fernando H. E. A força dos “partidos fracos”: organização partidária e coordenação eleitoral no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUNTHER, Richard.; DIAMOND, Larry. Espécies de partidos políticos: uma nova tipologia. *Paraná Eleitoral*, v. 4, n. 1, p. 7-51, 2015.

HELLMANN, Olli. A Historical Institutional Approach to Political Party Organization: The Case of South Korea. *Government and Opposition*, v. 46, n. 4, p. 464–484, 2011.

HELMKE, Gretchen.; LEVITSKY, Steven. *Informal institutions and democracy: lessons from Latin America*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. Democracy's third wave. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991.

JANDA, Kenneth. A comparative analyses of party organizations: The United States, Europe and the Wrold. In CROTTY, W. J. (ed.), *The Party Symbol*. San Francisco, p. 339-358, 1980.

JANDA, Kenneth. Cross-National Measures of Party Organizations and Organizational Theory. *European Journal of Political Research*, n. 11, p. 319-32, 1983.

KATZ, Richard.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, v. 1, n. 5, p. 5-28, 1995.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política* n. 7, p. 349-385, 2012.

LEVITSKY, Steven *et al* (eds). *Challenges of party-building in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019

MAINWARING, Scott.; SHUGART, Matthew. *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Lisboa: Antígona, 2001.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PETROVA, Ana. Party Organizational Structure in Latin America. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Maio, 2020. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-1682>. Acesso em: 24 de nov de 2020.

POGUNTKE, Thomas.; SCARROW, Susan.; WEBB, Paul. PPDB_Round1a_1b_consolidated_v1. Disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/NBWDFZ>. Harvard Dataverse, V1. Acesso em: 23 mai. 2021.

RIBEIRO, Pedro Floriano.; LOCATELLI, Luis. Time after time: party organizational strength in new and old democracies. *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 199-233, 2019.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002.

RYE, Danny. *Political parties and the concept of power: a theoretical framework*. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2014.

SÁEZ, Manuel Alcántara.; FREIDENBERG, Flavia. Organización y funcionamiento interno de los partidos políticos en américa latina. In SÁEZ, Manuel Alcántara.; FREIDENBERG, Flavia. (eds.) *Partidos Políticos de América Latina*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 1-17, 2000.

SCARROW, Susan.; WEBB, Paul.; POGUNTKE, Thomas. *Organizing political parties. Representation, participation and power*. Oxford/ECPR, 2017.

SCARROW, Susan.; WEBB, Paul. Investigating party organization. In SCARROW, Susan *et al.* *Organizing political parties. Representation, participation and power*. Oxford/ECPR, 2017. Capítulo 1.

SCHLESINGER, Joseph A. On the Theory of Party Organization. *The Journal of Politics*, v. 46, n. 2, p. 369-400, 1984.

TAVITS, Margit. Party organizational strength and party unit in post-communist Europe. *European Political Science Review*, v. 4, n. 3, p. 1-23, 2012.

TAVITS, Margit. *Post-Communist Democracies and Party Organization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

THORLAKSON, Lori. Patterns of party integration, influence and autonomy in seven federations. *Party Politics*, v. 15, n. 2, p. 157-177, 2009.

VAN BIEZEN, Ingrid. On the Internal Balance of Party Power: Party Organizations in New Democracies. *Party Politics*, v. 6, n. 4, p. 395–417, 2000.

WEBB, Paul.; KEITH, Dan. Assessing the strength of party organizational resources. A survey of the evidence from the Political Party Database. In SCARROW, Susan *et al.* *Organizing political parties. Representation, participation and power*. Oxford/ECPR, 2017. Capítulo 2.

WEBB, Paul.; SCARROW, Susan; POGUNTKE, Thomas. Party organizational and satisfaction with democracy: inside the blackbox linkage. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*. Routledge, 2019.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1999, v. 2.

WILLS-OTERO, Laura. The electoral performance of Latin American traditional parties, 1978-2006: Does the internal structure matter? *Party Politics*, v. 22, n. 6, p. 758-772, 2016.

WOLINETZ, Steven B. Beyond the catch-all party: approaches to the study of party organization in contemporary democracies. In GHUNTER *et al.* Political parties: old concepts and new challenges. Oxford: OUP, 2002.

ZUCCO, César. POWER, Timothy J. Fragmentation without cleavages? Endogenous fractionalization in the Brazilian party system. *Comparative Politics*, v. 53, n. 3, p. 477-500, 2021.